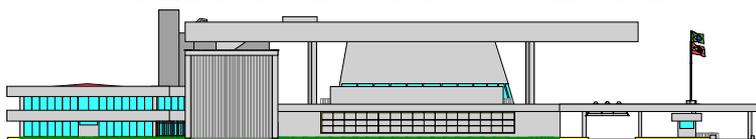


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 14 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.295

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2295 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 050ª Sessão Ordinária realizada em 08/06/2011 2 Ata da 013ª Sessão Extraordinária realizada em 08/06/2011 14 Ata da 014ª Sessão Extraordinária realizada em 08/06/2011 15</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa 17</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 18 Atas de Comissões Permanentes 22 Aviso de Resultado 23 Portarias 23 Redações Finais 25</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita um minuto de silêncio em memória da jornalista Patrícia Jacomel.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta a morte da jornalista Patrícia Jacomel; analisa o movimento paredista dos bombeiros do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca os 100 anos de emancipação de Canoinhas; comenta visita do presidente da Celesc à bancada do PMDB.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do dr. Joerg Kaulich.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Lamenta a morte prematura da jornalista Patrícia Jacomel; anuncia visita da presidente Dilma Rousseff a Blumenau para inaugurar moradias do programa Minha Casa, Minha Vida.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Informa o reenvio, pelo governo do estado, de projeto de sua autoria que disciplina a piscicultura em SC; reporta-se à audiência pública que tratou da economia solidária.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz contraponto ao discurso da deputada Ana Paula Lima, que criticou a prefeitura de Blumenau.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Defende a prefeitura de Blumenau.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Reitera críticas à prefeitura blumenauense.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Defende a reforma tributária.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discorre sobre sua luta em prol de obras na região sul catarinense.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Analisa o balanço financeiro do primeiro quadrimestre do estado; pede mais recursos para a Saúde e nova divisão do bolo orçamentário.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Defende maior participação do estado e da união no financiamento da Saúde.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Mostra-se consternada com a morte da jornalista Patrícia Jacomel; tece comentários sobre a CPI da Pedofilia a ser instalada na Alesc.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Externa sua certeza de que a CPI da Pedofilia é fundamental.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Expressa solidariedade à constituição da CPI da Pedofilia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede a presença dos deputados em plenário para a Ordem do Dia.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Registra a realização de dois eventos em Brasília: sessão solene em comemoração aos 50 anos do BRDE e o lançamento da Frente Parlamentar Mista que analisará a reforma tributária do Brasil.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Regozija-se com a criação da Frente Parlamentar Mista que analisará a reforma tributária do Brasil.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Convida para a sessão especial em comemoração aos 50 anos do BRDE.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Concorda com a idéia de criar em SC a Frente Parlamentar para a Reforma Tributária.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a deliberação dos PLs n.s 0134/2011 e 0143/2011.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Solicita o comparecimento dos parlamentares ao plenário para a Ordem do Dia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Libera a bancada do PT para a votação do Projeto de Lei n. 0163/2011.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o Projeto de Lei n. 0163/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute o Projeto de Lei n. 0163/2011.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Afirma ter dúvidas quanto ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Esclarece dúvidas a respeito do PL n. 0134/2011.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Pede que sua emenda modificativa ao PL n. 0134/2011 seja discutida e votada em separado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Concorde com a proposta do deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute a emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discute a emenda modificativa de sua autoria ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute a emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discute a emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discute a emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Levanta questão de ordem relativa ao PL n. 0134/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Esclarece a dúvida da deputada Angela Albino.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0134/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de entrarmos nas Breves Comunicações, gostaria de registrar o pesar que sentem os parlamentares e os servidores desta pelo falecimento da jornalista Patrícia Jacomel, de 36 anos, ocorrido em Florianópolis, nesta madrugada.

Ela trabalhou na RBS e atuou na diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina como repórter da TVAL entre os anos de 2002 a 2007. Nos últimos anos, dedicou-se à assessoria de comunicação da deputada licenciada Ada De Luca, atual secretária da Justiça e Cidadania.

Assim sendo, queremos deixar registrado, em nome de todos os

parlamentares desta Casa, a perda prematura e lamentável da jornalista Patrícia Jacomel.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não poderia deixar de registrar o falecimento, até porque tive o prazer, deputado Antônio Aguiar, de trabalhar com a jornalista Patrícia Jacomel, da RBS, uma grande profissional.

Era comum encontrá-la pelos corredores desta Casa com um sorriso no rosto. E hoje pela manhã, quando ficamos sabendo do seu falecimento, foi como se tivéssemos perdido alguém muito próximo de nós.

Gostaria de pedir, sr. presidente, se fosse possível, já que a profissão dessa jornalista, como a nossa e a de tantos jornalistas, é falar, é relatar os fatos, e isso me parece antagônico, a todos os srs. deputados para fazermos um minuto de silêncio, já que a voz dela não estará mais entre nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Neste momento, faremos um minuto de silêncio em memória da jornalista Patrícia Jacomel.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Muito obrigado a todos!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas aqui presentes na tarde desta quarta-feira e as que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria também de manifestar solidariedade aos familiares e às pessoas mais próximas à jornalista Patrícia Jacomel. Nós a conhecemos na Assembleia Legislativa no decorrer da última legislatura, quando trabalhou no gabinete da deputada Ada De Luca, que era vizinho ao nosso, e por isso sempre nos encontrávamos no corredor. Quando soube do ocorrido fiquei estarecido.

Então, queremos expressar o nosso pesar aos amigos jornalistas desta Casa e aos seus familiares pelo seu falecimento.

Sr. presidente, quero agradecer a v.exa., assim como aos líderes partidários e aos demais deputados pela abertura do espaço para o pronunciamento, na tarde de ontem, do embaixador Lázaro Méndez Cabrera, cônsul-geral de Cuba.

Ontem mesmo organizamos e reunimos a Frente Parlamentar de Solidariedade a Cuba, que conta com 16 deputados desta Casa, assim como alguns vereadores da região da Grande Florianópolis.

Assim sendo, quero registrar esse agradecimento a v.exa. pela condução da sessão na tarde de ontem e manifestar a importância da boa relação entre todos os povos do mundo, que precisa dar-se também através dos poderes constituídos.

Diversos deputados e deputadas manifestaram interesse em visitar Cuba ainda este ano. São deputados de diversos partidos, de todos os matizes ideológicos. Inclusive, vários que já conhecem, que já estiveram em Cuba e outros que pretendem ir pela primeira vez para discutir questões comerciais e culturais ou conhecer a realidade daquele país, para terem uma noção mais ampla, de perto de como é a situação lá e de como podem fazer

para aprofundar em termos da boa relação entre o povo brasileiro, mais especificamente o catarinense e o povo de Cuba.

Quero registrar a presença no hall da Assembleia Legislativa, a partir das 14h, dos professores da rede estadual de ensino, que em assembleia, na tarde de ontem, na Regional da Grande Florianópolis, resolveram aguardar a continuidade das negociações do Sinte com o governo do estado e com a secretaria da Educação e vir para a Assembleia Legislativa realizar outra assembleia regional da categoria, enquanto preparam novos encaminhamentos na negociação com o governo do estado, aguardando a assembleia estadual que será realizada amanhã à tarde, nesta capital, para discutir, em nível estadual, o futuro e os rumos do movimento.

Portanto, mais uma vez quero reiterar o nosso apoio incondicional ao movimento do Magistério estadual, à sua demanda da vez, que é a implementação do piso nacional do salário em Santa Catarina, sem nenhum achatamento da carreira e sem a perda de nenhum direito. Entendemos ser um pleito justo, legítimo e necessário para a Educação do estado de Santa Catarina. Portanto, o nosso permanente apoio às reivindicações e à luta do Magistério estadual, assim como ao conjunto dos servidores públicos do estado.

Falo também, sras. deputadas e srs. deputados, do movimento dos bombeiros militares do estado do Rio de Janeiro, que têm angústias semelhantes às dos bombeiros de Santa Catarina e às do conjunto de bombeiros e policiais militares do estado.

Estivemos no Rio de Janeiro, no domingo e na segunda-feira, para levar a nossa solidariedade aos companheiros do Corpo de Bombeiros Militar daquele estado e para procurar contribuir em alguma possível articulação que possa levar à abertura da negociação dos bombeiros com o governo do Rio de Janeiro.

Podem parecer que não há nada diretamente ligado ao movimento dos praças de Santa Catarina, mas, na verdade, tem a ver com o movimento dos praças deste estado, porque somos categorias de instituições estaduais presentes em todos os estados da federação, de forma que somos um movimento nacional. A situação e a realidade dos praças dos bombeiros ou dos praças da Polícia Militar do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de todos os outros estados da federação são bastante parecidas, para não dizer semelhantes. Os salários em quase todos os estados é muito baixo, e na cidade do Rio de Janeiro, especialmente, o piso é de R\$ 950,00, que vai para mil e poucos reais com um pouco de gratificação.

Aliás, esse é o problema, porque o valor do piso é R\$ 950,00, mas o governo instituiu vários tipos de gratificações específicas para o bombeiro que trabalha na praia, para o bombeiro que trabalha no combate a incêndios, para o policial que trabalha nas ruas, que trabalha no choque, que trabalha no Bope. Para se ter uma ideia, a gratificação do Bope, do Batalhão de Operações Especiais, é de R\$ 1.500,00. Portanto, somente a gratificação é maior do que o salário, o que cria realidades diferentes.

É inadmissível que um estado rico como é o Rio de Janeiro, que somente com os royalties do petróleo teria condições de triplicar o salário dos servidores da Segurança Pública, tenha um dos piores salários, senão o pior, do Brasil. Esse movimento dos bombeiros começou há menos de dois meses. Os bombeiros militares que trabalham nas praias,

os chamados guarda-vidas, começaram reivindicando óculos de sol e outros equipamentos de proteção individual. E o movimento foi crescendo pela intransigência do governador Sérgio Cabral e das autoridades do comando da instituição, surgindo a demanda de pedir um piso salarial de R\$ 2.000,00.

É bom lembrar que os praças do distrito federal recebem R\$ 4.800,00. No Rio de Janeiro, eles estão pedindo um piso de R\$ 2.000,00 e vale transporte. Essa era a reivindicação. Mas o movimento cresceu e houve a entrada forçada no quartel do comando-geral do Corpo de Bombeiros e a atitude determinada pelo governador Sérgio Cabral de a Polícia Militar invadir o quartel e reprimir os bombeiros que lá se manifestavam. Como o batalhão de choque se recusou a cumprir a ordem - e, inclusive, vários praças foram presos - o Bope, que ganha uma gratificação de R\$ 1.500,00, maior do que o salário de todos, entrou e fez um péssimo serviço, um desserviço à democracia e à dignidade da segurança pública. Quatrocentos e trinta e nove bombeiros estão presos, sendo 434 praças e cinco oficiais. Alguns oficiais também estavam no movimento e cinco deles foram presos.

Portanto, é importante, é necessário que nos manifestemos de Santa Catarina, deste Poder Legislativo, em defesa dos bombeiros do estado do Rio de Janeiro, contra a atitude intransigente e truculenta do governador Sérgio Cabral, bastante amigo da presidenta Dilma Rousseff. Isso é motivo para reflexão e um debate deve ser feito, porque o Rio de Janeiro, que paga o pior salário dos servidores da Segurança Pública do país, manda reprimir os bombeiros quando esses estão pedindo R\$ 2.000,00 de piso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, vivemos um momento importante no estado de Santa Catarina porque comemoramos os 100 anos de emancipação política do município de Canoinhas.

Poucos municípios do estado tiveram a prerrogativa de escolher a que estado queriam pertencer, ao Paraná ou a Santa Catarina. Canoinhas escolheu! Por isso é que na sua bandeira está escrito: *Catharinensis semper*. Escolhemos ser catarinenses e comemoramos 100 anos de existência.

Estivemos recentemente com o governador Raimundo Colombo, numa viagem à Europa, na cidade de Barcelona, que tem 2000 anos e pudemos comparar: são 2000 anos da cidade de Barcelona e 100 anos do município de Canoinhas. É verdade que, em termos de cidade, não há comparação. Mas não é a isso que me refiro. Refiro-me, sim, à idade cronológica, pois nós, em 100 anos, também temos a nossa história, não é mesmo, deputado Maurício Eskudlark, que é conterrâneo não só da cidade, mas de distrito: Marcílio Dias. Portanto, o distrito de Marcílio Dias tem dois deputados estaduais para representá-lo.

Sr. presidente, muita coisa importante vai acontecer em Canoinhas. Várias

são as ações governamentais implementadas e uma delas é a inauguração da ponte sobre o rio Canoinhas, ligando Canoinhas a Três Barras. Essa ponte custou ao governo do estado aproximadamente R\$ 1,1 milhão, valor complementado ainda pelas prefeituras de Canoinhas e de Três Barras. Ela é de fundamental importância para a região, uma vez que liga os dois municípios e propiciará que os trabalhadores da Mili e da Rigesa tenham o acesso facilitado.

Está em andamento também a pavimentação da ciclovia até o distrito de Marcílio Dias, obra reivindicada para comemorar os 100 anos de emancipação política do município de Canoinhas, bem como o projeto perimetral, que prevê a criação do nosso parque industrial. Lá serão sediadas as novas empresas que gerarão empregos para o povo do planalto norte. Temos certeza de que essa é uma obra para 20 anos ou mais, mas temos que dar início porque o nosso município cresce somente numa direção: na direção de quem vai para Porto União, na direção da região de Pedras Brancas.

Mudando de assunto, quero informar que ontem tivemos a visita do presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, à bancada do PMDB. Ele, com sua tradicional postura conciliadora, sempre tentando resolver os problemas dos catarinenses, colocou qual será a estratégia da Celesc para que nosso estado tenha energia elétrica suficiente ainda em 2011: investimentos têm que ser feitos, precedidos de organização e planejamento.

Desde já, quero agradecer a sua ação no planalto norte, destinando R\$ 30 milhões para a construção da subestação de Canoinhas, além do direcionamento de uma nova rede para o município de Papanduva, no valor de R\$ 30 milhões.

Agradeço também a sua intervenção direta e o seu planejamento no município de Irineópolis, onde, na região de Serra Grande, estará sendo construída uma linha de transmissão no valor de R\$ 5 milhões ou R\$ 6 milhões, o que fará com que o município de Irineópolis atenda aos agricultores que são penalizados com queda de energia frequente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., deputado Antônio Aguiar, pela sua defesa constante do planalto norte.

No sábado passado, quando vim de Porto União, passei por Canoinhas e pude ver as obras da ponte. Imaginem uma ponte ligando Canoinhas a Três Barras! Na verdade, aquela região, hoje, já está dentro do perímetro urbano e a ponte será muito importante para o desenvolvimento do planalto norte. As novas obras e o calçamento no distrito de Marcílio Dias são obras importantíssimas também.

Parabenizo o município de Canoinhas, todos os seus moradores e v.exa.!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Na verdade, todas essas ações foram feitas em conjunto, porque na vida ninguém faz nada sozinho. Fizemos em conjunto com o governador Raimundo Colombo, com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, com os 40 deputados estaduais, com os prefeitos e com toda a classe política.

Temos que reivindicar, sim, mais ações governamentais para a nossa região,

uma vez que ela faz parte do bolsão da BR-116 e é uma das menos desenvolvidas de Santa Catarina. Acho que os municípios que fazem parte do bolsão da BR-116 têm que ter uma ação governamental diferenciada, um ICMS diferenciado e um programa de atendimento diferenciado.

Sr. presidente, neste momento, quero, mais uma vez, convidar todos os secretários de Saúde do estado para a grande audiência pública que será realizada na quarta-feira, às 9h, neste plenário. Essa audiência pública tratará da criação de um programa estadual de incentivo a cirurgias eletivas represasadas.

Vamos fazer um grande levantamento no estado de Santa Catarina, mas não apenas para fazermos um mutirão e darmos um alívio à população. Não! Queremos fazer uma ação que seja eficaz e não passageira, uma ação que faça com que as cirurgias eletivas realmente aconteçam no estado de Santa Catarina desafiando, consequentemente, as emergências dos hospitais de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do dr. Joerg Kaulich, que visita pela primeira vez este Parlamento. Ele, juntamente com a minha equipe, é autor de um projeto que vamos apresentar ao secretário Paulo Roberto Bornhausen, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, criando em Santa Catarina, deputado Marcos Vieira, o ICMS ecológico. Precisamos partir para isso.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Kennedy Nunes, com a palavra a próxima oradora inscrita em Breves Comunicações, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas Luciane Carminatti e Dirce Heiderscheidt, srs. deputados, também não poderia deixar de prestar uma homenagem especial e dar as minhas condolências aos familiares e aos colegas de profissão de uma querida amiga, de uma pessoa que falava sorrindo, de uma excelente profissional que, infelizmente, partiu no dia de hoje, que é a jornalista Patrícia Jacomel.

Patrícia Jacomel, que durante muito tempo trabalhou conosco, faleceu aos 36 anos, portanto, muito precocemente, mas deixou uma marca de profissionalismo, de responsabilidade e de companheirismo entre todos que a conheciam.

Patrícia estudou na Universidade Federal de Santa Catarina, trabalhou na RBS e na Assembleia Legislativa e a imagem que todos temos dela é o eterno sorriso pelos corredores afora e o olhar meigo. Como disse antes, ela falava sorrindo.

Ela amava e defendia tanto a sua profissão, que uma das suas últimas postagens no *twitter* foi para agradecer aos parlamentares desta Casa por derrubarem o veto do governador à exigência de que para prestar concurso público para o governo do estado a pessoa teria que ter diploma de jornalista. Essa postagem foi no dia 30 de março e foi a última que ela fez.

Então, os nossos sentimentos à família e aos amigos da querida companheira Patrícia Jacomel.

Sr. presidente, quero também dizer que amanhã teremos um dia de grande alegria, deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch. Amanhã, quinta-feira, a nossa presidente Dilma Rousseff estará em Santa Catarina, mais precisamente na cidade de Blumenau, na sua primeira visita ao estado depois de eleita presidente da República. Em Blumenau participará da entrega das chaves de 580 apartamentos dos Residenciais Morada das Paineiras, Morada das Araucárias, Morada das Figueiras e Morada dos Manacás, no bairro Passo Manso.

Faço este registro desta tribuna, sras. deputadas e srs. deputados, porque quero compartilhar com v.exas. e com os catarinenses que nos acompanham a importância desse empreendimento voltado às famílias que foram atingidas pela catástrofe em 2008, quando houve vários deslizamentos no nosso estado, principalmente na região do vale do Itajaí, sendo que muitas pessoas ficaram desabrigadas e perderam seus familiares.

Através desse fantástico e extraordinário programa Minha Casa, Minha Vida, que foi ideia da então ministra da Casa Civil e hoje presidente da República Dilma Rousseff, essas famílias vão pagar até o máximo de R\$ 139,00 por mês e no mínimo R\$ 50,00 para adquirir um apartamento de dois quartos, sala, cozinha e dependência. São apartamentos novinhos para as famílias iniciarem uma nova fase de suas vidas. É um sonho que se torna realidade, especialmente na cidade de Blumenau, graças à solidariedade de milhares de brasileiros e brasileiras que depositaram recursos na conta da Defesa Civil estadual.

Assim, srs. parlamentares e público catarinense, quero registrar, mais uma vez, que a prefeitura de Blumenau não desembolsou nenhum real para a compra dos terrenos para a construção desses apartamentos. Inclusive, alguns terrenos se encontravam em situação ilegal, terrenos de massa falida.

Então, esses imóveis que serão entregues amanhã para 580 famílias não são obras do governo municipal, são obras de uma parceria entre a Caixa Econômica Federal, o governo federal e a solidariedade do povo brasileiro. Aliás, o que a prefeitura de Blumenau investiu foram milhares de reais em propaganda. Isso, sim, gastou em muita propaganda de rádio, televisão e outdoors, com o intuito de iludir a população, dizendo que era obra da prefeitura de Blumenau. Mais uma ação para o Ministério Público: propaganda enganosa por parte da PM de Blumenau. Durante e depois da tragédia de 2008, a prefeitura de Blumenau não reconstruiu nenhuma casa, mas gastou muito em propaganda. Uma vergonha para a nossa cidade!

O programa Minha Casa, Minha Vida já superou, ano passado, a meta de financiar um milhão de unidades habitacionais em todo o país. Inclusive hoje, na cidade de Jaraguá do Sul, a prefeita, que é do Democratas, está inaugurando um empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida.

Somente no vale do Itajaí foram 12 mil contratos!E não vai parar por aí. Em Blumenau, segundo dados da Caixa Econômica Federal, estão sendo beneficiadas com o programa 1.824 famílias, perfazendo um investimento de R\$ 82 milhões do governo federal. Assim é o Minha Casa, Minha Vida, um programa que, acima de tudo, tem o foco

voltado para as famílias de baixa renda, dando-lhes a oportunidade de realizar o sonho de possuir um imóvel.

O mais importante, srs. parlamentares, é que esse programa habitacional criado no governo do presidente Lula tem sido intensificado pela presidente Dilma Rousseff, tanto é que amanhã ela estará em nosso estado, na cidade de Blumenau, inaugurando essas novas unidades. É uma das ferramentas mais fantásticas de inclusão social na área habitacional.

A segunda fase do programa terá recursos de R\$ 120 bilhões a R\$ 140 bilhões para financiar residências para famílias com renda de até dez salários mínimos por mês, para oportunizar a essas famílias a propriedade de um imóvel. A revelação foi feita pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, que previu que o banco estatal continuará liderando os desembolsos para o programa, com cerca de 80% do total desembolsado. Hereda afirmou ainda que cerca de R\$ 70 bilhões serão destinados a famílias com rendimento mensal de zero a três salários mínimos. Na primeira fase do programa, a CEF desembolsou R\$ 53 bilhões. Ainda segundo Hereda, vamos mais que dobrar esse valor e lembrou que a nova fase do Minha Casa, Minha Vida, do Programa de Aceleração do Crescimento 2 - PAC 2 -, será lançado na semana que vem, dia 14 de junho, e que o governo finaliza ajustes para a revisão dos valores dos imóveis e o teto para os financiamentos para cada classe de renda.

A Caixa Econômica Federal, no primeiro programa, contratou mais de 90% dos recursos e vai continuar sendo a principal agência financiadora. Esperamos, porém, contar com a parceria de outros agentes financeiros, mas a CEF vai continuar sendo responsável por 80% dos recursos.

Então, quero enaltecer, mais uma vez, deputado Padre Pedro Baldissera, esse fantástico programa do governo federal, Minha Casa, Minha Vida, e convidar todos para estar amanhã, dia 9 de junho, a partir das 15h, com a nossa presidenta Dilma Rousseff, na cidade de Blumenau, mais precisamente no bairro Passo Manso. A cidade de Blumenau fica feliz em receber essa grande mulher, que teve a coragem de fazer grandes mudanças em nosso país. Este é o Brasil que está dando certo, é o Brasil com planejamento e com investimentos na área social.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

Esta Presidência comunica aos srs. líderes que após o pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera adentraremos no horário destinado aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, aproveito a oportunidade nesta tribuna para fazer dois encaminhamentos.

Srs. deputados, é do conhecimento desta Casa que há dois anos demos entrada ao Projeto de Lei n. 0316/2009, que disciplina a piscicultura no estado de Santa Catarina. Realizamos uma audiência pública em torno desse projeto de lei, fizemos diligências junto à secretaria da Agricultura do estado e após ter sido submetido à apreciação das diferentes comissões técnicas da Casa, foi aprovado em

plenário e encaminhado, no final de 2010, ao governador do estado para a devida sanção. No início de 2011, o governador do estado vetou o projeto e a competente mensagem de veto tramita neste momento na comissão de Constituição e Justiça deste Parlamento.

Antecipando-me à apreciação do veto, entendendo que o projeto é de grande importância para a piscicultura estadual, porque trata das questões relativas às águas continentais, pedi uma audiência com o governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, que deu vários encaminhamentos ao assunto, sendo um deles em parceria com o secretário da Agricultura, João Rodrigues, e com o secretário da Casa Civil, Antônio Ceron.

No dia de ontem, o secretário da Casa Civil, Antônio Ceron, solicitou-me que sentássemos com ele que, em nome do governo, daria alguns encaminhamentos referentes ao projeto, devido à importância que ele representa para a piscicultura do estado de Santa Catarina. Outros estados já têm essa legislação e o nosso entendimento é que o estado de Santa Catarina também precisa aprová-la, até em função da expressiva produção de pescados em todo o seu território. Assim, o governo solicitou que encaminhássemos um pedido, a fim de que o Poder Executivo enviasse o mesmo projeto a esta Casa para ser apreciado pelos srs. deputados e deputadas.

Então, quero externar o meu agradecimento ao governo do estado, nas pessoas do secretário da Casa Civil, ex-deputado Antônio Ceron, e do secretário da Agricultura, deputado federal João Rodrigues, por compreenderem a importância e o significado desse projeto para a piscicultura no estado de Santa Catarina.

Além disso, desde já gostaria de contar com o respaldo, com o apoio, deste Parlamento para debater e refletir em torno desse projeto e encaminhar o voto favorável, tendo em vista a sua necessidade e importância para a piscicultura catarinense.

Outro assunto que gostaria de socializar é a audiência pública que realizamos, juntamente com vários parlamentares da comissão de Economia, Ciências, Tecnologia, Minas e Energia desta Casa, debatendo o tema da economia solidária, mais especificamente o PL n. 0865, que tramita na Câmara Federal e que trata ao mesmo tempo da questão das micro e pequenas empresas e da economia solidária.

Foi importantíssimo aprofundar essa questão porque ela atinge milhares de pessoas no estado de Santa Catarina, tanto no interior quanto no setor urbano. Hoje já existem mais de 1.300 experiências de economia solidária em todas as regiões do nosso estado e por isso vários deputados da nossa bancada participaram: Dirceu Dresch, Neodi Saretta, Volnei Morastoni e Luciane Carminatti, além do presidente da comissão de Economia, deputado José Milton Scheffer, do secretário de estado Serafim Venzon e de representantes do governo federal.

Tiramos alguns encaminhamentos dessa audiência, dentre eles o de fazer com que a economia solidária tenha um espaço específico na consolidação do debate, mas, acima de tudo, que tenhamos políticas públicas, ações públicas voltadas a essa realidade, a essa conjuntura, tendo em vista as diferentes iniciativas dos setores do estado.

Diante disso, ficou muito fortalecida a Frente Parlamentar da Economia Solidária, no sentido de garantir a ampliação do debate com outros segmentos da sociedade, para que se possa não apenas dar visibilidade, mas

concretamente garantir as políticas e as ações para as diferentes iniciativas.

Outra demanda importante é a questão da continuidade do diálogo com o governo do estado, através da secretaria da Assistência Social, na pessoa do secretário Serafim Venzon. Acho esse espaço extremamente importante, no sentido de garantir recursos no Plano Plurianual e, em seguida, no Orçamento do estado de Santa Catarina, para dar sustentação e viabilizar a própria atividade.

Deputado Dirceu Dresch, ainda há o encaminhamento da moção, para que haja de fato essa separação, ou seja, uma política específica voltada para a economia solidária em nível nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente fazer um contraponto ao discurso da deputada Ana Paula Lima, no começo desta tarde. De fato, reconhecemos a ação da presidente da República no sentido de contribuir para que possamos reconstruir a cidade de Blumenau após a calamidade de 2008, especificamente no que diz respeito à entrega de 580 apartamentos, que ocorrerá amanhã, quinta-feira, às 15h, no bairro Passo Manso.

Mas é preciso que se reconheça também que, além da participação do governo federal, através da Caixa Econômica Federal, houve, sim, a participação especial da prefeitura de Blumenau. Entendo, deputado Jean Kuhlmann, que a prefeitura de Blumenau teve um papel especial, importante na entrega dos 580 apartamentos, até porque houve um grande apoio logístico a essa operação, especialmente pela secretaria de Assistência Social, sob o comando do colega Mário Hildebrandt.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa. e depois posso ceder-lhe mais cinco minutos do meu tempo.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Ismael dos Santos, gostaria de dizer que lamento muito, mas é muita cara de pau, é muita falta de vergonha na cara! Primeiramente, ocupa-se a tribuna dizendo que a Caixa Econômica Federal não vai conseguir entregar porque a prefeitura não fez a sua parte, e quando a prefeitura faz a sua parte, a Caixa Econômica Federal pode gabar-se do feito, mas a prefeitura não! Quer dizer, quando é para botar a culpa diz-se que a prefeitura tem que fazer alguma coisa; quando termina e dá certo, a prefeitura não fez nada?! Qual é o critério? Tem que ser um trabalho em conjunto, em equipe!

Se v.exa. quiser, deputado Ismael dos Santos, pode pedir à deputada Ana Paula Lima para falar daqui, do microfone de aparte, e não ficar incomodando-o na tribuna. Seria interessante.

Gostaria de dizer, deputado Ismael dos Santos, que acho que todos participaram desse processo, inclusive a população, que paga prestação todo mês, pois há uma parcela que não é gratuita, não! O povo tem que pagar! Ou seja, o povo faz a sua parte, a Caixa Econômica Federal faz a sua parte, a

Presidência da República faz a sua e a prefeitura de Blumenau também faz.

O que temos que fazer é aprender que na hora da desgraça, do desastre, ou nos unimos e paramos com picuinhas políticas, deputado Ismael dos Santos, ou o povo vai continuar sempre julgando mal a classe política. É por esse motivo que o povo fala mal dos políticos, porque não se olha o conjunto, não há a preocupação de que todos ajudem, porque ainda há algumas pessoas que em vez de construir estão preocupadas apenas em falar mal dos outros.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Retomo aqui a minha colocação inicial, até porque a deputada Ana Paula Lima não estava presente quando iniciei o discurso, dizendo, deputada, que reconhecemos o trabalho do governo federal, reconhecemos o empenho da Caixa Econômica Federal, mas entendemos também que a prefeitura teve uma participação especial no apoio logístico de acompanhamento dessas famílias, no que diz respeito a toda a coordenação do processo da entrega dessas casas.

É bem verdade que a participação maior é do governo federal, que na verdade está dando um retorno daquilo que Blumenau e o vale do Itajaí arrecadaram para o país. São impostos que o contribuinte blumenauense paga, que as empresas blumenauenses pagam, dos quais muito pouco retorna para Blumenau e para Santa Catarina.

Por tudo isso, concordo, deputado Jean Kuhlmann, que é necessário de fato um trabalho de unidade, de equipe para que possamos de fato superar a calamidade de 2008.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço, de forma muito educada, a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos. V.Exa. sempre foi muito gentil, até na colocação das palavras, diferentemente de outras pessoas.

Mas quero dizer que em Blumenau, realmente, os investimentos foram do governo federal e fruto de uma luta nossa muito grande, deputado Ismael dos Santos, e v.exa. sabe disso porque esteve juntamente com esta deputada pedindo a construção de casas para Blumenau. Agora, o que a prefeitura fez foi escolher as famílias, tardiamente. O que temos que resolver, e queria que v.exa. nos ajudasse, até porque as pessoas estão brigando entre si pelos empreendimentos em Blumenau, é que nesse local onde estão os apartamentos que as pessoas vão morar, construídos no terreno comprado com o dinheiro que o povo brasileiro doou, não há creche, não há posto de saúde e não há escola. Então, esse é um problema para a prefeitura resolver, mas até agora nada! Lá no bairro Passo Manso, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. tem que ir lá para ver, o salão da igreja está sendo alugado para atender 600 crianças. O salão da igreja!

Resolvam esse problema e depois venham falar alguma coisa neste microfone!

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O partido ainda tem cinco minutos, que cedo para o deputado Jean Kuhlmann, que já estava escalado para este momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado ao DEM, com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, deputado Ismael dos Santos, com certeza, apesar de o município ser o que menos recebe de retorno de todos os tributos nacionais arrecadados, já que quase 70% ficam com o governo federal, a prefeitura municipal tem resolvido muita coisa, sim. No município de Blumenau há muitas vagas de creche, a prefeitura tem conseguido atender à população nos postos de saúde e tem feito, sim, a sua parte.

Agora, quero que fique bem claro para a população que, apesar do programa Minha Casa, Minha Vida ser excelente, se o cidadão não tiver crédito a Caixa Econômica Federal não financia e ele não consegue a sua moradia! Assim, há algumas pessoas que não conseguem seu apartamento porque dez anos atrás emprestaram dinheiro da Caixa Econômica para comprar material de construção e mesmo pagando tudo em dia, a Caixa não autoriza que eles entrem no programa Minha Casa, Minha Vida.

Isso é um absurdo e quero pedir à CEF que reavalie essa postura. A presidente Dilma - a quem conheço, sei da sua sensibilidade e sei que quer o bem do país - não pode aceitar um critério como esse em que as pessoas que pagaram a sua prestação corretamente, que um dia pegaram dinheiro emprestado na Caixa para reformar a sua residência e que a perderam na catástrofe, hoje não podem ser atendidas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Mas que eles quitaram o empréstimo, pagaram em dia, mas mesmo assim a Caixa Econômica Federal não autoriza!

Sei que a prefeitura vai resolver o problema da creche, mas se dependesse de recurso federal para construir postos de saúde, creches e para contratar professores, não aconteceria nada. O governo federal não vai ajudar nesse sentido. V.Exa., deputado Jorge Teixeira, que conhece bem o problema, sabe que mesmo sendo o que fica com a menor fatia dos tributos, o município é o que mais tem responsabilidades.

Quero ver se o governo federal tem coragem de inverter a pirâmide tributária do país. Se tiver, aí, sim, os municípios, sejam eles administrados por prefeitos de qualquer partido político, do PMDB, do PSDB, do PT etc., vão conseguir solucionar os problemas, porque hoje a grande questão não está em quem governa, mas na forma como o estado é governado, já que a maior parte da arrecadação tributária fica com o governo federal. Esse é um problema estrutural do nosso país e para resolvê-lo deveria ser aprovada uma grande reforma tributária, mas uma reforma consciente e responsável.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. que já foi prefeito sabe do que estou falando, porque é muito fácil passar as responsabilidades para os municípios, aprovar, por exemplo, o piso nacional de salários do Magistério para estados e municípios pagarem a conta. A União não dá um centavo para ajudar no cumprimento da lei, apenas exige, mas não apóia os municípios nesse sentido.

Gostaria que a parte que os municípios recebem da União fosse maior, pois aí, sim, poderia haver uma cobrança maior. Defendo que a maioria dos serviços seja municipalizada, mas não adianta municipalizar a responsabilidade somente, é preciso

desconcentrar a receita tributária e permitir que os municípios prestem seus serviços com dignidade e tenham uma estrutura adequada na Saúde, na Educação. Somente teremos um país forte e um cidadão forte, se os municípios forem fortes. Enquanto as cidades não tiverem uma maior parte da arrecadação, infelizmente vamos continuar na conversa e com pouca ação.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra da presença neste Parlamento, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero levantar uma questão que é das mais importantes para o sul do estado, o crescimento da nossa região, que é considerada a mais pobre de Santa Catarina.

Na próxima sexta-feira, pela quinta vez, faremos a campanha em prol da construção da Interprias, através da imprensa e de alguns movimentos de deputados, prefeitos e vereadores. Quero salientar que a região do entorno da Estrada do Mar, no Rio Grande do Sul, foi a que mais cresceu naquele estado. Em Santa Catarina o projeto de engenharia está pronto e por isso começamos um grande trabalho em defesa da construção da Interprias.

O município de Passo de Torres recebeu muitos vereadores, prefeitos e prefeitas de toda a região, além de vários parlamentares. Estivemos lá e encampamos essa luta de 28 anos pela Interprias, que perdeu um pouco o foco em função da BR-101. Mas no momento em que a BR-101 é um capítulo já superado, voltamos a defender uma obra que é fundamental para nossa região.

Então, numa primeira sexta-feira fizemos um grande movimento em Passo de Torres, defendendo a construção do trecho que liga Torres à Estrada do Mar. Na segunda sexta-feira, estivemos em Balneário Gaivota, onde contamos com a presença de mais de 50 líderes, incluindo deputados, prefeitos, vereadores, comerciantes, representantes do CDL e outras lideranças. O encontro seguinte foi em Arroio do Silva, onde também compareceram mais de 50 pessoas e lideranças, mostrando o que significa para a região esse investimento. Depois fomos a Araranguá, município no qual a Interprias deverá passar por Morro dos Conventos, a maior beleza natural em termos de praia catarinense. E na sexta-feira próxima passada houve uma mobilização em Balneário Rincão, distrito que passará à condição de município em 2012, onde estiveram mais de 200 pessoas à mobilização.

Assim, quero agora convidar todos os deputados de Santa Catarina para participar, em Jaguaruna, de um grande movimento em defesa dessa obra que é uma das mais importantes do sul do estado. Esse movimento acontecerá na próxima sexta-feira, das 7h às 9h. Trata-se de um programa de rádio, com a presença da imprensa de toda a região. Depois vamos finalizar em Laguna, e espero contar com a presença do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e de uma representação muito forte deste Parlamento. Essa obra já teve início, as máquinas estão trabalhando e já estão prontos 20km e é preciso dar continuidade.

Contamos com a participação da SC Parcerias, mas queremos não somente utilizar

o dinheiro do governo, mesmo porque sou contra o pedágio. Fui a favor de fechar o posto de pedágio de Palhoça por várias vezes, deputada Dirce Heiderscheidt, porque se executa a obra com dinheiro público e depois as empresas particulares querem enriquecer cobrando pedágio. Sou contra, radicalmente contra! Agora, quando uma empresa coloca dinheiro e depois cobra pedágio para tirar o que colocou e ter o seu lucro, sou extremamente favorável.

Por essa razão, nós e o eminente presidente da SC Parcerias, Ênio Branco, já estamos trabalhando buscando parceiros para a execução dessa estrada, por onde passarão mais de 20 mil carros por dia. Como já disse, o projeto de engenharia está pronto, totalmente pronto. Conseguimos uma licença e precisamos agora colocar a obra em andamento.

A região sul do estado receberá, nos próximos dias, a licença para construção da estrada que corta a serra do Faxinal, que vai ligar Canela, Gramado e Caxias do Sul a Pedras Grandes, num percurso 200km mais curto que o atual. Em 1h45 poderemos ir de Araranguá a Gramado. Vejam a importância dessa obra, que passa pela cidade dos cânions, Itaimbezinho, que é uma das maiores belezas naturais do mundo!

Sr. presidente, estamos aguardando a liberação da licença para construção da estrada na serra da Rocinha, na BR-285, pois o Ibama realizou uma grande audiência pública - a maior de que participei na minha vida pública -, na qual ninguém contestou a importância da obra. O Ibama pediu seis meses para elaborar a licença; os seis meses passaram e, segundo dizem, a licença está para ser liberada por esses dias.

Serão licitados 25km, porque o outro trecho da rodovia já está concluído. Com ela pronta teremos a ligação dos seguintes municípios: Araranguá, Ermo, Turvo, Timbê do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho e São Borja, até chegar à Argentina. Em todos esses municípios já fizemos reuniões com os prefeitos e com a população. E tem mais: essa estrada ligará o Brasil à Argentina, ao Paraguai e ao Chile, tudo através do sul do estado e do país. Então, trata-se de ganho real e a Interprias vai complementar tudo isso!

Sendo assim, pedimos o apoio dos nossos pares no sentido de contribuir para que aquela região cresça. Nesta Casa, tudo o que me pedirem para fazer em prol da região serrana, atenderei, porque o sul e a serra lageana são as duas regiões mais pobres de Santa Catarina.

Quero dizer ainda, srs. deputados, que até o final do ano ficará pronto o aeroporto de Jaguaruna, cuja pista é maior do que a do Salgado Filho, em Porto Alegre, e a do Hercílio Luz, em Florianópolis. O nosso aeroporto será internacional e o deputado Joares Ponticelli sabe a importância que essa obra tem para a nossa região. Além disso, temos um dos melhores portos de Brasil, o de Imbituba. Trata-se de um porto seguro, que não está sujeito a enchentes e cujo calado é bem profundo, já que fica no mar. Inclusive, investimentos estão sendo feitos para melhorar ainda mais o seu calado, a fim de que grandes navios também possam lá atracar.

Catarinenses, nós, que lutamos tanto pela duplicação da BR-101, temos que admitir que nos lotes 25, 26 e 29, depois de muita pressão, as máquinas estão roncando. Temos acompanhado o ritmo das obras a cada dois dias, porque se elas pararem, abriremos a

boca! Inclusive, a empresa responsável pelo lote 29 é a que mais está trabalhando no vale do Araranguá.

Entretanto, são os gargalos que nos preocupam: a obra do Morro do Formigão, em Tubarão, que não foi ainda licitada; a ponte estaiada da Cabeçada, em Laguna, que vai custar R\$ 596 milhões, também não foi licitada; e o túnel do Morro dos Cavalos sequer teve início o seu processo licitatório.

O ministro dos Transportes e o presidente do DNIT disseram que serão necessários 36 meses para construir a ponte, 30 meses para fazer o túnel e 24 meses para aprontar o Morro do Formigão. Isso depois que essas obras forem licitadas! Estamos em 2011 e ainda não foram licitadas! Quando vão terminar a duplicação da BR-101 sul?!

Então, é preciso, sim, elogiar quando há motivo, mas também temos que reconhecer que algumas coisas estão com atraso. Inclusive, foram contratadas duas ou três empresas que ganham uma fortuna de dinheiro para fiscalizar a obra e não fazem nada! Por isso nem responsabilizo o DNIT de Santa Catarina. Essas empresas tinham que fiscalizar as obras, mas não sei o que estão fazendo.

A obra é linda, bem traçada, com um projeto bonito. A qualidade não é aquilo que se desejava, não é aquilo que se queria. Em vários pontos ela está sendo corrigida, consertada. Por isso, é necessária uma ação para que possamos reverter esse processo, que é importante e precisa de muito investimento.

O governo do estado tem-se feito presente em todos os momentos na questão desses 20km iniciais da Interprias, na questão do aeroporto, da serra do Faxinal e da parceria com o governo federal na BR-101 e na BR-285. É preciso, sim, que todos deem a sua parcela de contribuição, para que se continue trabalhando no sul do estado visando gerar renda, melhorar a qualidade de vida do povo, porque é por esse caminho que vamos desenvolver a região.

Hoje ocorreu uma forte discussão sobre a saúde. Falamos sobre Miguel d'Oeste, que está com a UTI ainda capengando. Então, Santa Catarina precisa reconhecer que são necessárias ainda muitas melhorias, deputado Volnei Morastoni. Precisamos de um novo pacto federativo. Onde mora o cidadão? O cidadão mora no município. O cidadão não mora no estado nem na união. O município tem que ser o grande beneficiado em tudo o que acontece.

Ouvi o deputado Jean Kuhlmann falando que os municípios são os grandes sacrificados. Jogam-se as questões para os municípios, mas o dinheiro não acompanha e o sofrimento é grande. Então, é preciso reconhecer que este Parlamento tem dado o recado, tem sido parceiro, tem contribuído com o governo, com a sociedade e está fazendo o seu papel.

É o sexto mandato que cumprimos e orgulhamo-nos de ser um parlamentar de Santa Catarina pela coerência com que buscamos agir. Cada um com sua missão, seja governo, seja oposição, mas todos trabalhando por uma ação coerente, voltada aos interesses da sociedade. Então, temos que reconhecer esse nosso papel, que é fundamental. Já houve momentos em que esta Casa não agiu 100% nesse sentido, mas nos últimos mandatos vejo a garra de cada deputado para buscar o resultado para a sua região. E quem ganha com isso? A população.

Então, orgulho-me de pertencer ao Parlamento catarinense que por sua vez orgulha a sociedade deste estado pelo trabalho, ação,

coerência, lealdade e responsabilidade, tudo com muita transparência. É assim que tem feito o Parlamento de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e a minha saudação especial ao público que nos acompanha no dia de hoje!

Quero dizer, deputado Jean Kuhlmann, que o governo federal está fazendo a sua parte, está repassando R\$ 1,6 bilhão para o Fundeb, mas parece-me que muitos municípios e estados não estão aplicando esse recurso devidamente. Esse é o primeiro exemplo. O segundo, deputado Manoel Mota, é a BR-101, cujas obras estão andando muito bem. Há os gargalos, mas isso já estava previsto, uma vez que são áreas polêmicas e difíceis, que dependem de questões ambientais e de outros temas.

Quero, da mesma forma, comunicar que a nossa bancada está apresentando um projeto - ele já foi apresentado no ano passado e arquivado no final do ano -, que amplia de 25% para 27% a participação dos municípios no bolo do ICMS, justamente nesse debate de a união contribuir com os municípios. Agora, o estado também tem de contribuir com a sua parte e ampliar em 2% o ICMS que é repassado aos municípios. Esses 2% seriam de ICMS ecológico e estariam vinculados à preservação ambiental e às políticas ambientais municipais.

Mas já que se está falando em aplicação de recursos e em investimentos, solicito à assessoria que reproduza um vídeo sobre um tema que quero tratar no dia de hoje. (Procede-se à exibição de vídeo.)

Trouxe uma fala do então candidato e agora governador Raimundo Colombo, em que ele declara suas três prioridades: saúde, saúde, saúde! Estamos participando de audiências públicas e ao acompanharmos os dados a esse respeito ficamos muito preocupado porque o governador fez uma promessa em campanha e estamos vendo que não a está cumprindo.

(Passa a ler.)

“Conforme o relatório quadrimestral (janeiro/abril), o governo Raimundo Colombo deveria ter aplicado R\$ 425 milhões na Saúde (12% constitucionais) e R\$ 886 milhões na Educação (25% constitucionais).

O relatório de gestão fiscal demonstra que na Saúde foram aplicados R\$ 328 milhões e na Educação, R\$ 775,8 milhões. Ou seja, em apenas quatro meses, o governador Raimundo Colombo deixou de aplicar R\$ 97,3 milhões na Saúde, que é prioridade, e R\$ 113,8 milhões na Educação.

Pelos dados, no quadrimestre foram aplicados 9,25% na Saúde, ou seja, 2,25% a menos do que determina a Constituição, e 21,89% na Educação, ou seja, 3,11% a menos do que dispõe a Constituição.”

Nesse mesmo quadrimestre tivemos outra situação, deputado Volnei Morastoni: a arrecadação cresceu 17%, comparando-a com o mesmo período do ano passado, sendo que o crescimento do Orçamento havia sido de 16,12%.

Srs. deputados e população catarinense que nos acompanha, há grandes problemas na área da saúde e todos os hospitais - e v.exa., deputado Volnei Morastoni,

tem acompanhado essa questão - têm reclamado de falta de investimento, de acompanhamento, fato que os dados comprovam. Quer dizer, o investimento caiu muito nesse período.

Outro dado importante, srs. deputados e sras. deputadas, é que o Fundo de Participação dos Estados - FPE - cresceu 33% nesse período.

Srs. deputados, para fechar essa primeira parte do nosso pronunciamento, queremos dizer que, para nossa surpresa, o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, assinou o Decreto n. 256 anulando do Orçamento do estado os seguintes valores: R\$ 1 milhão para o Hospital São José, de Maravilha; R\$ 1,5 milhão para o Hospital Materno Infantil, de Criciúma e R\$ 1,5 milhão para o Hospital de Caridade, de Florianópolis.

Estranhamente esse decreto assinado pelo governador em exercício anula do Orçamento os recursos que estavam destinados para os hospitais cumprirem sua importante função. O hospital de Maravilha dispõe de quatro leitos de UTI, prontos há mais de um ano, mas que, infelizmente, estão desativados. Quanto aos demais hospitais, como o de Criciúma e o de Florianópolis, os próprios prefeitos, hoje, estavam querendo saber o que havia acontecido!

Então, srs. deputados e telespectadores que nos acompanham, estamos fazendo uma cobrança pesada quanto à aplicação dos investimentos tanto na Educação quanto na Saúde e dos encaminhamentos feitos do Fundeb que estão sendo aplicados em vários poderes.

Por isso, srs. deputados, estamos defendendo, em nível nacional, a Emenda n. 29, para que seja ampliada a aplicação dos recursos da união nos estados e municípios, ressaltando, porém, que Santa Catarina não está aplicados os 12% devidos na Saúde. Então, não dá para cobrar do Congresso Nacional essa questão se aqui o estado não está cumprindo a Constituição.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Caro líder, deputado Dirceu Dresch, esse decreto do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, anula recursos para as SDRs de Criciúma, destinados ao Hospital Materno Infantil Santa Catarina daquele município; anula também recursos destinados à Unidade de Terapia Intensiva do Hospital São José, de Maravilha, e para o Hospital de Caridade, de Florianópolis.

Mas falando especialmente do Hospital Materno Infantil, de Criciúma, esse cancelamento foi objeto para que a comissão de Saúde desta Casa fizesse uma reunião extraordinária, hoje pela manhã, com o prefeito Clésio Salvaro, vereadores, o secretário municipal da Saúde, a deputada Angela Albino, da Grande Florianópolis, e os deputados da região sul. Após essa reunião, fomos conversar com o secretário da Saúde e depois fomos ao gabinete do governador, de onde viemos há pouco. Mas como o governador teve que viajar com urgência para Joinville, ficou agendada, para terça-feira, uma audiência da comissão de Saúde e dos deputados da região sul, juntamente com o prefeito de Criciúma, porque não há mais como os municípios arcarem sozinhos com a área da saúde. O estado precisa compartilhar mais recursos e dividir os encargos com os municípios. O município de Criciúma está destinando R\$ 500 mil por mês

ao Hospital Materno Infantil. É muito dinheiro! E o estado alega que não tem recursos para custeio e para várias outras solicitações dos municípios.

Srs. deputados, já estou-me convencendo de que a proposta sobre a secretaria do Desenvolvimento Regional é uma proposta chave que teremos que analisar, pois poderão sobrar mais recursos para o estado destinar à saúde, aos municípios e aos hospitais.

Agora à noite, às 19h, e já faço um convite aos srs. deputados, teremos outra audiência pública para tratar especificamente do Hospital Florianópolis, que já está há alguns anos em reforma, que está com problemas, e talvez seja a primeira unidade que o estado deseja encaminhar para organizações sociais, o que também achamos que não vai resolver o problema. Enfim, estamos numa encruzilhada e temos que encontrar um caminho, mas para isso precisamos de mais recursos do governo federal, como também do estado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Sr. presidente e srs. deputados, outros parlamentares gostariam de nos apartear, mas o como o meu tempo está terminando, quero reafirmar a posição de que a Saúde e a Educação precisam de investimentos e de mais recursos. Mas o governador anuncia, o que é contraditório, que os R\$ 900 milhões poupados nesse primeiro período serão aplicados...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, em primeiro lugar, quero registrar, em nome do PCdoB, o lamento pela morte da servidora desta Casa, Patrícia Jacomel, uma jovem promessa do jornalismo de Santa Catarina. Quero deixar a nossa solidariedade à família e aos amigos e dizer que hoje vários parlamentares desta Casa, como os deputados Joares Ponticelli e Elizeu Mattos, demonstraram a sua solidariedade através do *twitter*.

Assim sendo, sr. presidente, requeiro a esta Casa que envie, de forma oficial, à família as condolências dos deputados desta Casa pela perda prematura da jornalista Patrícia Jacomel.

Nesses poucos minutos do PCdoB, gostaria de dizer que, em longa conversa com o deputado Darci de Matos, que propôs uma lei muito importante para o estado de Santa Catarina, a lei da navegação segura, conversando com a Coordenadoria da Infância e da Juventude, com algumas ONGs que tratam do cuidado à nossa criança e trazendo, também, a experiência do Parlamento de Florianópolis, ocasião em que propusemos uma frente parlamentar pelo combate à exploração sexual infanto-juvenil, decidimos propor que seja criada a CPI da navegação segura e da pedofilia.

Infelizmente, Santa Catarina virou notícia nesse tema, mas queremos discutir além disso. Não queremos “fulanizar” a discussão, queremos discutir as redes de pedofilia no âmbito de Santa Catarina.

Ainda como vereadora conheci histórias da grande miséria humana que

envolve essa tragédia que afeta milhões de crianças no mundo e também em Santa Catarina. Existe, por exemplo - e esse é um dos temas sobre o qual a nossa CPI, tenho certeza, deputado Darci de Matos, vai-se debruçar -, o Disque 100, que é o disque denúncia de Brasília. Uma das pessoas que trabalham com esse tema me contou-me que o agressor pedófilo tem a ousadia de ligar para o disque denúncia para dizer o que está fazendo, mas esse telefonema de Santa Catarina vai lá para Brasília e devido à burocracia essa informação chega somente três dias depois.

Não quero discutir a "fulanização" do assunto, quero discutir com o que o Parlamento de Santa Catarina poderá contribuir a partir desse projeto que esta Casa abraçou e já gesta uma ampla campanha educativa de combate à pedofilia, que está em andamento. Mas quero saber qual é a contribuição que podemos dar.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Concedo um aparte ao coautor da CPI, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Na verdade, já vínhamos tratando desse assunto há algum tempo e ontem tomamos a decisão de colher assinaturas para a abertura de uma CPI que é fundamental, no meu entendimento.

Esta Casa já aprovou a lei das *lan houses* e agora tramita uma alteração criando mecanismos para a proteção das crianças e dos adolescentes na *internet*. Há uma campanha contra crimes cibernéticos do MP em Santa Catarina e essa CPI vai buscar elementos para ajudar a polícia e as autoridades a inibir ou acabar definitivamente com esses crimes bárbaros de pedofilia que acontecem às centenas, mensalmente, em Santa Catarina e no Brasil.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputada Angela Albino, quero cumprimentar v.exa. pela iniciativa e dizer que sou solidário. Precisamos empreender todos os esforços e destacar a lembrança do deputado Darci de Matos de que a dra. Priscilla Linhares Albino, grande promotora, continua na Coordenadoria da Infância e da Juventude, e está propondo agora, em parceria com a Escola do Legislativo, portanto, com a Assembleia, grandes seminários para tratar dessa questão. Mas com v.exa. liderando esse processo certamente juntos produziremos bons resultados para Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, deputado Joares Ponticelli.

Tive a liberdade, hoje, quando a imprensa me procurou, de perguntar quantos parlamentares estão engajados nisso. Eu e o deputado Darci de Matos somos proponentes e tenho certeza de que o deputado Joares Ponticelli vai participar também, pelo seu histórico, e vários outros deputados desta Casa, que têm essa preocupação com a infância. Além disso, a bancada feminina, deputada Dirce Heiderscheidt, também será parceira nessa construção, pois esta Casa não pode ficar silente com essa grande tragédia que assola as nossas crianças; precisa criar mecanismos institucionais de coibição dessa prática que ainda é muito presente na realidade do povo catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de informar aos srs. deputados que acompanham a sessão dos seus gabinetes que após o horário do PSDB teremos, na Ordem do Dia, importantes matérias para deliberar na tarde de hoje. Por isso, solicitamos aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que se dirijam ao plenário antes de adentrarmos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Elizeu Mattos, a Presidência pede aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que, após o horário do PSDB, dirijam-se ao plenário para a Ordem do Dia.

O último espaço dentro do horário reservado aos Partidos Políticos se destina ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa, pessoas que acompanham esta sessão, ontem tive a oportunidade de estar em Brasília acompanhando dois eventos que faço questão de registrar. O primeiro deles, deputado Joares Ponticelli, foi realizado no Senado, através de uma ação dos nossos senadores Casildo Maldaner, Luiz Henrique da Silveira e Paulo Bauer, ocasião em que foi realizada uma sessão comemorativa aos 50 anos do BRDE. Participamos dessa sessão solene representando esta Casa, onde foram feitas inúmeras manifestações sobre a importância desse banco no desenvolvimento do extremo sul do Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina. São 50 anos de investimentos na área da indústria, do comércio, da agroindústria, das entidades cooperativas, enfim, o BRDE fomentou e fomenta a atividade econômica do extremo sul.

A homenagem foi feita na pessoa do atual presidente, ex-deputado Renato Vianna, e de todos os diretores, tanto do estado do Paraná quanto do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, que compõem, digamos assim, os quatro estados do BRDE.

Mas quero fazer referência também ao segundo momento de que participei em Brasília, no dia de ontem: o lançamento oficial, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista que analisará a reforma tributária do Brasil. Esse movimento já conta com a assinatura de 250 deputados federais e de 30 senadores da República, além da efetiva participação, pela vez primeira, de entidades sindicais e associações que representam os auditores fiscais em todas as esferas, federal, estadual e municipal, no sentido de que os parlamentares possam ter também a *expertise*, o acompanhamento daqueles que trabalham no dia a dia do sistema tributário nacional, que é tão injusto e que acaba sendo o grande responsável pela concentração de recursos nas mãos da União, deixando estados e municípios cada vez com mais dificuldades financeiras.

Dentro das grandes manifestações de ontem, quero fazer referência a todos os parlamentares federais e também aos senadores que participaram, porque as Assembleias Legislativas vão ter o seu papel e

o seu espaço. Todos nós, parlamentares, teremos o nosso momento de criar a nossa frente parlamentar no sentido de estar presente e fazer a pressão política inicial, necessária, porque, na verdade, todos sabemos que, lamentável e infelizmente, se o Poder Executivo não quiser que a coisa ande, o Parlamento terá dificuldades. Ontem até fiz referência ao meu partido, o PSDB, que já governou o país e também não encaminhou a reforma tributária, fazendo apenas ajustes no sistema.

Nós, deputados, temos que estar presentes e acompanhar o processo não apenas através da comissão específica, que é a de Finanças e Tributação, temos que criar nesta Casa a nossa frente parlamentar específica para o caso.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento o eminente deputado e parabeno-o pelo brilhante pronunciamento e por sua ida a Brasília.

Não dá mais para justificarmos junto à população o assunto reforma tributária, porque ela já se arrasta há muito tempo. V.Exa., que é fiscal de tributos e tem conhecimento da área, deve propor a criação, sim, de uma frente parlamentar catarinense para discutir essa questão, que é fundamental.

Aproveito para fazer um convite aos parlamentares que estão em seus gabinetes para que venham ao plenário, pois há projetos importantes a serem apreciados.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Caro deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que realmente podemos mudar os governantes e mudar os partidos políticos que comandam o país, mas se não mudarmos a estrutura do estado, a estrutura tributária, a concentração da riqueza federal, não vamos efetivamente acabar com a miséria. A miséria somente vai acabar no país quando conseguirmos descentralizar a aplicação dos recursos.

Para complementar o pronunciamento de v.exa., gostaria de falar sobre o BRDE, estender o convite a todos os parlamentares e avisar que na próxima quarta-feira, dia 15, às 19h, por aprovação unânime dos parlamentares, esta Casa prestará uma homenagem aos 50 anos do BRDE, na qual o atual presidente do banco, Renato Vianna, estará presente. Com certeza o BRDE teve e tem um papel fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço, deputado Jean Kuhlmann, a sua contribuição.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Gilmar Knaesel, v.exa dirige a comissão de Finanças de forma brilhante e agora lidera a participação deste Parlamento nessa mobilização nacional com o Congresso Nacional vislumbrando a possibilidade da tão sonhada reforma tributária.

Quero concordar com v.exa quanto à possibilidade de criarmos em Santa Catarina a frente parlamentar para ajudarmos a alavancar essa reforma que todos querem e que nunca acontece. Porque é um absurdo comprometer

40% do PIB com recolhimento para os entes públicos. Quer dizer, não é possível suportar essa exagerada e absurda carga tributária.

Para concluir, deputado Gilmar Knaesel, quero dizer que espero que a reforma tributária possa taxar o capital e a especulação e, sobretudo, desonerar a produção.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o seu aparte, deputado Darci de Matos.

Com relação ainda a esse assunto, quero dizer que a reforma do sistema tributário é, sem dúvida, a mãe das reformas. Não existe reforma política, não existe reforma do pacto federativo, não existe qualquer reforma que se queira fazer neste país que não comece pela reforma do sistema tributário. Ela é a mãe das reformas. Mas tem que ser feita dentro dessa visão de não atender ao governo, que tem os seus interesses, as suas necessidades, mas, sim, à sociedade em primeiro lugar, olhando o lado do contribuinte. A informalidade está aí cada vez maior por necessidade, porque não é possível suportar o custo operacional que existe para produzir neste país.

Por outro lado, há a questão muito clara dos municípios e estados, que precisam realmente ser inseridos como entes federados e não ser tratados apenas como participantes de um processo que, muitas vezes, não consegue sequer pagar a folha de pagamento, porque há concentração de recursos pelo governo federal. Pelo que senti, no dia de ontem, acredito que efetivamente a reforma tributária esteja caminhando.

Quero fazer uma referência ao Sindifisco, que organiza, de forma muito atuante, as ações dos auditores fiscais em Santa Catarina, na contribuição da sua *expertise* para essa reforma tributária. Na verdade, o Sindifisco de Santa Catarina tem sido parceiro e referência para sindicatos de outros estados em termos de atuação dos seus dirigentes.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, da sra. Elizete Ern, do sr. Geovani de Marchi, do sr. Jaime Leite e do sr. Bráulio Theilacker, da direção da Associação dos Frigoríficos com Inspeção Estadual. Sejam bem-vindos e sintam-se bem nesta Casa!

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, há duas matérias que já estão prontas para ser deliberadas em plenário, uma vez que já houve a votação unânime nas comissões. Refiro-me ao PL n. 0134/2011 e ao PL n. 0143/2011.

Então, se possível, peço que sejam deliberados hoje, uma vez que há quórum e que já está vencendo o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Elizeu Mattos, vamos submetê-los à apreciação dos srs. deputados.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero fazer um apelo aos parlamentares que estão nos seus gabinetes

para que venham ao plenário participar da Ordem do Dia, pois há projetos importantes a serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) Está feito o registro, deputado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0015/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a presença obrigatória do corretor de seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0150/2011, de origem governamental, que altera o art. 2º da Lei n. 13.711, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis (regularizar ocupação da unidade sanitária e instalação da Farmácia de Referência Municipal em Homeopatia e Fitoterapia).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0163/2011, de origem governamental, que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, temos um conjunto de questionamentos sobre a forma de gestão e a forma de aplicação dos recursos do Fundo Social em Santa Catarina. Inclusive, a nossa bancada já impetrou ações judiciais nesse sentido. Entendemos que a reforma administrativa criou o conselho e que esse projeto de lei apenas readequou a comissão.

Então, os deputados da nossa bancada estão liberados para votar conforme a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, de início fomos contra a questão do Fundo

Social, respondendo, inclusive, a uma provocação do deputado: onde é que há dinheiro? O dinheiro que falta na Educação e na Saúde está indo para o Fundo Social, sr. presidente. É por isso que estão faltando recursos para os professores e para a saúde dos catarinenses.

(Palmas das galerias)

Esse Fundo Social era aplicado indevidamente. Deveria ser aplicado para o combate à miséria e à pobreza e não para os deputados fazerem politicagem, a exemplo do que um jornal publicou esta semana: recursos do Fundo Social para o deputado Nelson Goetten fazer o que fez!

Então, sr. presidente, a nossa bancada foi contra, na época, da forma como estava. O governo mandou uma readequação, dizendo que vai haver um conselho, mas não sabemos se mudará muita coisa!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em primeiro lugar quero informar a todos que Santa Catarina copiou o Fundo Social do estado do Mato Grosso do Sul, que à época era administrado pelo governador Zeca do PT. Aprendemos com o PT esse caminho da criação do Fundo Social em Santa Catarina. Isso é fato e talvez a deputada Ana Paula Lima tenha esquecido, mas nós não esquecemos.

Em segundo lugar, queremos dizer que também aprendemos a repassar recursos para as entidades sociais e para as ONGs com o governo federal, com o governo Lula, que repassou muitas verbas para o Brasil, sobretudo para Santa Catarina, as quais, imagino eu, devem ter sido bem aplicadas. Quero crer que foram bem aplicadas!

Então, é um recurso que tem sido distribuído com critérios para as entidades, para os trabalhos sociais do nosso estado. É um fundo que dá suporte ao Fundo de Cultura, Turismo e Esporte, quer dizer, é um mecanismo legal que ajuda a combater a miséria em Santa Catarina, sim; é um mecanismo que alavanca a nossa economia e que melhora a qualidade de vida do povo catarinense.

Quanto à alteração proposta, destina-se pura e simplesmente a adequar-se à minirreforma.

Portanto, quero deixar registradas essas informações que são fatos e contra fatos não há argumentos!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0046/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli e outros, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Região de Laguna - Amurel.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0113/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública o Instituto de Apoio à Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça - Inaitec.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0121/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação Colméia Instrutiva, do município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0123/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Silveira de Matos, de Santo Amaro da Imperatriz.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que declara de utilidade pública a Associação de Caridade Santa Bernadete - Acasabe -com sede no município de Irineópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0013/2011, de autoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Como se trata de lei complementar, a votação será nominal através do painel eletrônico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SALVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0088/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que determina o fornecimento de merenda escolar diferenciada aos estudantes com doença celíaca, diabetes, intolerância à lactose e hipoglicemia, nas unidades educacionais da rede pública do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei n. 0134/2011, a que v.exa. se referiu, de procedência governamental, com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, não está na pauta e terá que ser incluído *ex officio*.

Queremos, primeiramente, então, consultar os srs. líderes para saber se podemos colocar a matéria em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu tenho dúvidas sobre o que trata o referido projeto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Dirceu Dresch, esse projeto refere-se à readequação da SCPAR, dentro do novo modelo de estrutura organizacional do estado. Já o aprovamos na comissão de Constituição e Justiça por unanimidade, e também já foi deliberado na comissão de Finanças e Tributação.

Hoje temos quórum e este projeto está em regime de urgência, mas não conseguimos, dentro da comissão de Finanças e Tributação, acolher uma emenda do deputado Neodi Saretta. Se não for deliberado hoje, será deliberado na próxima terça-feira, quando vence o regime de urgência.

Apenas fiz um pedido em relação a esse projeto, deputados Dirceu Dresch e Neodi Saretta, como fiz em relação ao outro, cuja aprovação nas comissões foi unânime e que revoga artigos do Pró-Emprego.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de fazer uma observação, na condição de relator desse projeto na comissão de Constituição e Justiça, com a devida permissão, é claro, do líder da nossa bancada.

Na verdade, esse projeto propõe alteração na SC Parcerias e estabelece outras providências, sobre cujo mérito, inclusive, exaramos parecer no sentido da aprovação. No entanto, apresentamos uma emenda em função da nossa preocupação com os recursos vinculados, tanto o repasse aos municípios quanto o repasse à Saúde e à Educação. Inclusive, comentamos, hoje pela manhã, na comissão que essa é uma questão importante porque vez por outra se discute que recursos vinculados não estão sendo repassados.

O contra-argumento foi no sentido de que isso já estava previsto constitucionalmente, pois a emenda que estávamos apresentando não produziria efeitos. Tradicionalmente sabemos que se a emenda não ficar bem clara produz efeitos, sim, e pode não haver o repasse, inclusive, das transferências constitucionais, muito mais agora, quando se discute o repasse para que possa ocorrer um acordo, por exemplo, com o Magistério catarinense.

(Palmas das galerias)

Infelizmente, nossa emenda foi derrotada na comissão de Finanças e Tributação e, obviamente, acatamos o resultado porque faz parte da democracia.

Vamos fazer um recurso para o Plenário manifestar-se sobre ela, mas se v.ex.a., sr. presidente, colocar em deliberação *ex officio*, não teremos condições de apresentar a emenda.

Então, gostaríamos de solicitar que esse projeto entrasse na pauta, quem sabe, de amanhã ou de terça-feira, a fim de que pudéssemos apresentar a referida emenda, ressaltando, contudo que, no mérito, o projeto é importante, mas a emenda é fundamental.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não há problema em destacar a emenda do deputado Neodi Saretta para votá-la em plenário, pois acho que temos hoje quórum expressivo para deliberar esse projeto que é importante para o estado de Santa Catarina, uma vez que não divergimos no mérito em momento algum. Entretanto, até podemos deixar a deliberação para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputados, vou consultar mais uma vez o deputado Neodi Saretta e se houver concordância, votamos a emenda e depois o projeto. Há concordância com esse encaminhamento?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, se nos for permitido destacar a emenda para discussão e votação, concordamos, porque a argumentação da emenda nós já temos. Apenas queremos a oportunidade de trazer esse debate para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Da mesma forma, consulto os srs. líderes se podemos destacar a emenda para discussão.

(Os líderes aquiescem.)

Com a aquiescência dos srs. líderes, vamos discutir a emenda destacada do deputado Neodi Saretta. Discutiremos e votaremos a emenda destacada e depois votaremos o projeto. Correto?

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, o deputado Darci de Matos, certamente, quer fazer uma complementação naquilo que ele já iniciou e que quero deixar bem claro que não divirjo em hipótese alguma em nada do seu projeto, pelo contrário, há um grande mérito e tenho que parabenizá-lo pela iniciativa.

O que desejo destacar, sr. presidente, é que há dois pesos e duas medidas para duas situações muito parecidas. Há algum tempo de entrada nesta Casa a um projeto que prevê assistência psicológica para os policiais de Santa Catarina, pois há necessidade. Contudo, meu projeto não passou na comissão de Constituição e Justiça por apresentar vício de origem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sr. deputado, gostaria que discutíssemos o projeto em questão.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Estou discutindo o projeto e quero deixar registrado que o projeto que apresentei não passou por vício de origem. No entanto, esse projeto, com o mesmo mérito do meu, talvez até maior, vai passar sem problema algum. Esse projeto é de origem governamental?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sim, deputado Nilson Gonçalves, esse projeto é de origem governamental.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Então, não falei nada para v.ex.a.! O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado!

Srs. deputados, discussão e votação da emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta ao Projeto de Lei n. 0134/2011, que define competências e atribuições da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR - e estabelece outras providências.

Em discussão.

Com a palavra, por ordem de inscrição, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, minha manifestação, se v.ex.a. me permite, destina-se somente a registrar que a alteração na lei da SC Parcerias é fundamental para Santa Catarina. Passamos os últimos anos sem atingir o objetivo que era a captação de recursos do setor privado para a construção de obras de infraestrutura ou de projetos de engenharia relevantes para o estado. E isso não aconteceu justamente porque a lei induz, de certo modo, a que apenas estado coloque dinheiro na SC Parcerias.

Então, tem razão o governo quando deseja que também recursos privados sejam captados para obras de relevância, estabelecendo as chamadas parcerias público-privadas, as PPPs, objetivo maior do presente projeto de lei.

Ao mesmo tempo, sr. presidente, a emenda do deputado Neodi Saretta se destina a preservar os municípios, mas hoje, conforme detalhamos na comissão de Finanças e Tributação, os municípios já estão garantidos pela própria Constituição Federal e Estadual, o que nos remete a votar favorável ao projeto original, respeitando a posição do deputado Neodi Saretta, que é legítima.

Era essa a nossa manifestação, já informando que a nossa bancada votará favoravelmente ao projeto original, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Srs. deputados, sras. deputadas, estamos discutindo um projeto de alta relevância. Apenas para v.ex.as. terem uma idéia, a SC Participações tem capital social autorizado de R\$ 1 bilhão! Portanto, é um projeto, deputado Silvio Dreveck, de grande envergadura e que pode possibilitar, efetivamente, parcerias importantes para obras e para o desenvolvimento de Santa Catarina.

No entanto, o art. 5º do projeto, ao citar os recursos que poderão ser cedidos ou transferidos à SC Participações, reporta-se aos recursos recebíveis do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - Fadesc -, e aos direitos relativos aos créditos tributários, parcelados ou não. E é aqui que entra a emenda que apresentamos.

Quando ressalvamos as transferências constitucionais, ou seja, as transferências aos municípios, ressalvamos também os recursos a serem aplicados na Saúde e na Educação. Além disso, o estado também tem recursos vinculados, deputado Manoel Mota, ou seja, deve aplicar 25%, pelo menos, na Educação e 12%, pelo menos, na Saúde. Na medida em que o projeto não ressalva essa aplicação, abre-se caminho para

algum tipo de entendimento no sentido de que esses recursos não precisam ser vinculados à Saúde e à Educação.

Gostaria de chamar a atenção de v.ex.as. especialmente em relação aos recursos do Fadesc. Ora, por serem oriundos do Fadesc, não estão no caixa único do governo e por isso poderão ir para a SC Parcerias, ressalvadas, segundo a nossa emenda, as transferências constitucionais. Isso é importante porque temos tratado nesta Casa, com frequência, do financiamento da Saúde, da Educação e dos próprios repasses constitucionais aos municípios.

Agora mesmo, se pegarmos o relatório financeiro do primeiro quadrimestre do governo do estado, veremos, através dos indicadores contábeis de desempenho da gestão fiscal, que foram quatro meses excelentes do ponto de vista da arrecadação de ICMS, que é uma das principais, senão é a principal, receitas do estado de Santa Catarina. Tivemos um incremento de 16%, se compararmos com os primeiros quatro meses do ano passado.

No entanto, se formos para área da despesa, há alguns itens, deputado Darci de Matos, extremamente preocupantes, porque se a receita tem aumentado consideravelmente - e isso é bom e dou como fato positivo -, as despesas, tomando como base dois itens fundamentais Saúde e Educação, não acompanharam, deputado Volnei Morastoni, sequer a correção inflacionária. Na Educação, por exemplo, tivemos, no comparativo, uma variação de 0,03% em relação ao que foi o primeiro quadrimestre de 2010. Na Saúde, a variação foi de 0,02%.

Então, somente isso já justifica a nossa preocupação, deputado Darci de Matos. Quero reconhecer antecipadamente, pois é importante fazer isso, que v.ex.a. tem tido uma posição equilibrada sobre esse assunto. Inclusive, elogiou a emenda de nossa autoria e falou que, no mérito, ela já está prevista na Constituição. É verdade, está prevista, mas se não colocarmos nessa lei - e vou repetir o argumento que usei pela manhã -, poderemos estar abrindo uma brecha para questionamentos judiciais, como foi o caso do Fundo Social.

Mas quero, antes de concluir, sr. presidente e srs. deputados, dizer que em relação à questão da Saúde e da Educação, estamos aqui discutindo um projeto que, no meu entendimento, não deixa transparente a questão dos recursos destinados a essas duas áreas fundamentais. Os recursos da Saúde e da Educação precisam ser separados antes do repasse à SC Participações e Parcerias.

(Palmas das galerias)

Estamos falando que os valores orçados que deixaram de ser repassados neste primeiro quadrimestre para a Saúde e Educação são grandiosos. Todavia, como esse não é o debate central neste momento, vou deixar esse assunto para outra ocasião, sem deixar de ressaltar mais uma vez que é fundamental a aprovação dessa emenda. No mérito vamos aprovar as alterações propostas pelo governo do estado, a SC Participações e Parcerias terá uma tarefa fundamental em Santa Catarina, mas não podemos deixar de aprovar uma emenda que ressalva os recursos dos municípios, da Saúde e da Educação.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, para discutir.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, fizemos um debate relativamente prolongado na comissão de Finanças e Tributação sobre o projeto referente à SCPAR, que cria condições legais para a implantação das parcerias público-privadas em Santa Catarina.

A criação das PPPs ocorreu no governo Lula e foi uma ideia excelente. Neste momento estou muito feliz ao ver que os srs. deputados concordam com a aprovação do projeto no mérito, tendo apenas uma divergência no que diz respeito à emenda de autoria do deputado Neodi Saretta.

Ora, a preocupação do deputado Neodi Saretta, como ex-prefeito, é procedente e deve ser reconhecida. Mas fizemos, juntamente com o líder do governo, uma consulta ao setor jurídico, à SCPAR e podemos afirmar, categoricamente, que o repasse dos recursos dos municípios não será prejudicado. Podemos, com convicção, dar essa garantia a este Plenário.

Portanto, deputado Neodi Saretta, esse projeto que ora estamos discutindo é um dos projetos mais importantes do nosso governo neste ano. Em todo o Brasil há somente 22 PPPs, mas já foram feitas parcerias para construir estádio de futebol, para construir hospitais, pontes, rodovias, ferrovias, enfim, para obras de infraestrutura. Assim, as parcerias público-privadas se constituem numa possibilidade consolidada para que o poder público, que não tenha recursos para aplicar em investimentos, possa captá-los junto à iniciativa privada, sobretudo junto aos fundos de pensão.

Repito, esse projeto se reveste da maior importância e representa um marco regulador em Santa Catarina, uma vez que a SCPAR poderá fazer obras de saneamento, além de outras grandes obras, que não serão possíveis se não aprovamos esse projeto.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, para discutir.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje passamos mais uma vez grande parte da manhã na comissão de Saúde, emendamos o meio-dia com o secretário estadual de Saúde e terminamos a conversa quase às 15h no gabinete do governador tratando da Saúde.

A questão específica tratada foi a situação do Hospital Materno Infantil Santa Catarina, de Criciúma, que é a mesma encontrada por todo o estado. Queremos agora, com a presença do deputado Mauro de Nadal, formar um fórum para percorrer o estado. Vamos iniciar esse périplo por toda Santa Catarina para avaliar a situação dos pequenos hospitais, que são aqueles com menos de 50 leitos, estratégicos para a rede hospitalar de Santa Catarina. Se não estiverem atendendo de acordo, se não estiverem funcionando, isso repercutirá nos hospitais regionais, nos hospitais de referência.

Uma das audiências que realizamos foi em Taió para analisar o hospital daquela cidade, a pedido do prefeito e das lideranças locais, porque ele atende em torno de seis municípios da microrregião e se não estiver funcionando repercute no Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí.

Hoje pela manhã, depois de uma reunião com todos os deputados da região sul, estivemos com o prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, e com alguns vereadores em audiência

com o secretário, ocasião em que ficou configurada uma situação inexplicável, porque ele nos disse que não poderia assumir compromisso de qualquer monta com relação ao hospital de Criciúma.

Qual foi a conclusão a que chegamos, deputado Manoel Mota e os deputados que estavam naquela reunião? Concluímos que são necessários mais recursos para a Educação, a Segurança e a Saúde, o grande tripé da cidadania. Agora, no entanto, estou falando especificamente da Saúde. Temos que conseguir esse dinheiro, ele vai ter que aparecer.

Outro debate importante é a Emenda Constitucional n. 29. Estamos aguardando a confirmação da vinda do ministro a esta Casa para debater o financiamento da Saúde, o reajuste da tabela do SUS e os novos programas com recursos extrateto.

O governo do estado precisa colocar mais recurso na Saúde, bem como na Educação e na Segurança Pública. Onde estão esses recursos para a Saúde? Há recursos? Como agora vamos retirar os inativos dos 12% destinados à Saúde, já vai sobrar algum recurso. Além disso, uma PEC que o deputado Dado Cherm apresentou no ano passado vai ser colocada em voga agora, assim como os recursos do Fundeb têm que ser considerados somente para atender à Educação.

(Palmas das galerias)

Também vamos fazer agora à noite, às 19h, outra audiência para discutir sobre o Hospital Florianópolis. Por quê? Porque temos que encontrar dinheiro para a Saúde. O dinheiro existe! Onde está? Em que escaninhos ele está?

Temos falado da SCPAR, por isso quero justificar essa emenda mais do que justa, mais do que oportuna do deputado Neodi Saretta, do PT, no sentido de resguardar, na transferência dos recursos via Fadesc para a SCPAR, as transferências constitucionais. Então, temos que ressaltar os 12% da Saúde, assim como os outros percentuais constitucionais. Não há outra saída, senão iremos viver uma situação muito dramática, e a Saúde, que seria a prioridade número um, dois e três do governo do estado, porque as pessoas estariam em primeiro lugar, acabará ficando em último.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Peço aos srs. deputados que se atenham àquilo que está no projeto, para que tenhamos mais agilidade e cheguemos a bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, parece-me que todas as reflexões, tanto por parte da base do governo como da Oposição, convergem no sentido de que os recursos estão garantidos. O deputado Neodi Saretta apresenta uma emenda que não prejudica absolutamente nada o projeto. Nada! Simplesmente garante aquilo que a própria Constituição já prevê, que é a ressalva aos percentuais da Saúde, da Educação e dos municípios.

Então, não vejo problema nenhum em aprovamos a emenda. Vamos tão somente legitimar algo que já está garantido. Portanto, acho que não é nada demais o Plenário aprovar a emenda do deputado Neodi Saretta, pois

simplesmente estaremos garantindo os repasses constitucionais aos municípios, à Saúde e à Educação.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero fazer referência também à emenda do deputado Neodi Saretta, porque entendo que ela é fundamental e garante os 25% da Educação e os 12% da Saúde.

De qualquer forma, é importante que se faça esse debate, uma vez que o próprio parecer do Tribunal de Contas, no ano passado, apontou que o estado aplicou 7% a menos na Saúde do que prevê a Constituição, que é justamente o pagamento dos inativos. Neste ano, com base nos primeiros meses, já percebemos que há uma defasagem de 3,11%, ou seja, se não vincularmos os 25% da Educação e os 12% da Saúde, cada vez que esta Casa criar um fundo estará legitimando a diminuição de recursos para a Saúde e também para a Educação.

Sr. presidente, sou a favor da tese segundo a qual não deveriam existir fundos. Deveria haver um orçamento constitucionalmente previsto em lei, com os devidos percentuais, para que de forma transparente todos os cidadãos de Santa Catarina, deputado Neodi Saretta, pudessem saber onde cada centavo é aplicado.

(Palmas das galerias)

Então, a emenda do deputado Neodi Saretta preserva o que a própria Constituição e a LDB preveem, que é a garantia do mínimo constitucional à Educação, sem prejuízo de outra base de cálculo, o que já vem ocorrendo e a prova é a desvinculação de 16,13% do Fundeb para repasse aos poderes.

(Palmas das galerias)

Então, pedimos que todos os deputados votem favoravelmente à Educação e à Saúde, aprovando a emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está encerrada a discussão.

Em votação a emenda.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, o meu voto será favorável à emenda do deputado Neodi Saretta, porque entendo que ela será uma garantia a mais registrada na lei de que os recursos constitucionais serão preservados antes de ser feito o repasse às parcerias público-privadas.

No entanto, a minha posição é contrária ao projeto. Sou contra as parcerias público-privadas porque se trata de R\$ 1 bilhão do dinheiro público como garantia para que as empresas queiram investir. Essa é a onda nacional, é a onda local, e, evidentemente, conta com a defesa entusiasmada de vários colegas. Mas sou contra essa política de usar recursos públicos para ajudar a privatizar. Essa é a compreensão que tenho dos projetos, inclusive os nacionais, de privatizar os aeroportos através de parcerias público-privadas. Portanto, meu voto será contrário ao projeto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a emenda do deputado Neodi Saretta não deixa de ser uma emenda do PT porque foi discutida na nossa bancada. Assim, como líder quero dizer que a nossa luta será permanente para que no repasse dos recursos públicos, seja qual for o destino, sejam preservados os 25% da Educação e os 12% da Saúde.

Nessa perspectiva, conclamo todos os deputados a aprovar a emenda para o fortalecimento da Saúde e da Educação!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acho que estão misturando tudo, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Estamos falando da SCPAR e a emenda da qual estamos tratando está garantida na Lei n. 13.342! Não estamos votando um projeto da Saúde e da Educação. Estão misturando as coisas e fazendo discursos oportunistas para o aplauso fácil.

O nosso encaminhamento, sr. presidente, é pelo voto "não" à emenda modificativa de autoria do deputado Neodi Saretta.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino, para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, não vou encaminhar o voto, apenas gostaria de obter um esclarecimento do deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

Recebi há pouco um telefonema manifestando o temor de algumas pessoas acerca do presente projeto. Por isso, gostaria de saber se esse projeto, do jeito que está e rejeitando-se a emenda do deputado Neodi Saretta, pode viabilizar a venda das ações da Casan.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o meu voto é contra a emenda. Esse assunto a que se refere a deputada não está no projeto.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação a emenda modificativa ao Projeto de Lei n. 0134/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Rejeitada por maioria.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0134/2011, de origem governamental, que define competências e atribuições da SC Participações e Parcerias S.A. e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0143/2011, de origem governamental, que revoga dispositivo da Lei n. 13.992, de 2007, que institui o programa Pró-Emprego.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de esclarecer aos srs. deputados que esse projeto revoga todos os artigos do Pró-Emprego que são alvo de uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Sobre ele há a concordância de todos os srs. deputados, não há qualquer divergência, pois estamos revogando todos os artigos sobre os quais foi arguida a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, as matérias que foram votadas agora, ainda necessitam de votação em segundo turno, bem como em sede de redação final.

Sendo assim, seria aconselhável a realização de sessão extraordinária para tal fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Presidência, para tanto, encerra a presente sessão ordinária e convoca outra, extraordinária, para as 16h54.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h54, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n.

0013/2011, de autoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que cria cargos no quadro pessoal do Poder Judiciário.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim

DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	Discussão e votação em segundo	Em discussão.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	turno do Projeto de Lei n. 0088/2011, de	(Pausa)
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	autoria do deputado Darci de Matos, que	Não havendo quem queira discutir,
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	determina o fornecimento de merenda escolar	encerramos sua discussão.
DEPUTADO ROMILDO TITON		diferenciada aos estudantes com doença	Em votação.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	celíaca, diabetes, intolerância à lactose e	Os srs. deputados que aprovam
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	hipoglicemia, nas unidades educacionais da	permanecem como se encontram.
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	rede pública do estado de Santa Catarina.	Aprovado.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	Ao projeto foi apresentada emenda	Esta Presidência encerra a presente
Votaram 31 srs. deputados.		substitutiva global.	sessão e convoca outra, extraordinária, para as
Temos 31 votos "sim".		Conta com parecer favorável das	16h58, para votarmos as redações finais.
Está aprovado o projeto em segundo		comissões de Constituição e Justiça, de	Está encerrada a sessão.
turno.		Finanças e Tributação e de Saúde.	

ATA DA 014ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h58, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita que seja registrado o seu voto contrário à redação final do PL 0134/2011.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Consulta a Mesa acerca das matérias não capeadas da pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do vereador Gildo Masselai, de Porto União.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda a questão das estações de telemetria do vale do Itajaí; registra seu apoio à Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Neoplasia, de Blumenau;

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Elogia o sistema de monitoramento de enchentes no vale do Itajaí.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Critica a prefeitura de Blumenau no tocante ao tratamento de crianças com neoplasia.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Informa que solicitou realização de audiência pública para tratar de assuntos relacionados à pesca em SC.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Defende a posição do governo federal na questão da pesca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s.: 0143/2011, 0134/2011, 0150/2011, 0163/2011, 0013/2011, 0088/2011, 0015/2011, 0046/2011,

0113/2011, 0121/2011, 0123/2011 e 0133/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permanecem como se encontram.

Aprovadas.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de registrar o meu voto contrário ao projeto da SCPAR, cuja redação final foi votada neste bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrado o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, a título de esclarecimento, as indicações, requerimentos e moções que constavam da pauta da Ordem do Dia foram deferidas ou encaminhadas? Como ficou essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Neodi Saretta, deixamos para votá-las na sessão de amanhã, para podermos dar encaminhamento e atender ao requerimento da deputada Luciane Carminatti.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Gildo Masselai, de Porto União.

Seja bem-vindo a esta Casa, vereador.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, fica registrada a sua solicitação.

Srs. líderes, temos sobre a mesa um requerimento de autoria da deputada Luciane Carminatti, que solicita que a sessão seja suspensa por dez minutos para a ouvida do sra. Vanda Gomes Penedo e do sr. Sinivaldo Schaeffer.

Srs. deputados, vamos suspender a sessão por até dez minutos, para podermos atender ao requerimento da deputada Luciane Carminatti.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal. Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Na ausência do deputado Marcos Vieira, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni.

(Pausa)

Na ausência do deputado Volnei Morastoni, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na ausência da deputada Ana Paula Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, comunidade que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, antes de adentrar efetivamente no tema do meu pronunciamento, quero falar sobre a questão das estações de telemetria implantadas no vale do Itajaí e fazer um registro do meu apoio à Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Neoplasia, no município de Blumenau, que está passando por uma reestruturação, juntamente com a Associação de Pais Portadores de Mielomeningocele, uma entidade que faz um grande trabalho, um trabalho fundamental, diga-se de passagem, deputado Ismael dos Santos, com crianças portadoras de neoplasia, com crianças que possuem uma doença rara chamada mielomeningocele, que neste momento se unem naquele município para atender àquelas crianças que passam por necessidade e que precisam da ajuda da sociedade.

Por isso quero registrar o trabalho maravilhoso da presidente da entidade, sra. Carla Verwiebe, e solidarizar-me com a união dessas duas entidades, que fazem um grande trabalho em Blumenau e na região. Blumenau tem a característica de apoiar essas entidades, de apoiar a comunidade e apoiar quem faz um trabalho sério.

Além disso, quero registrar que neste sábado será feita a cobrança de pedágio pela Apae. É mais uma entidade que faz um trabalho muito sério, um trabalho que merece nosso crédito, que merece nosso reconhecimento. Cada pessoa que puder ajudar será muito bem-vinda. Quem puder colaborar, quando passar por uma sinaleira poderá contribuir com qualquer valor. Não importa se são R\$ 0,10 ou R\$ 10,00, todo recurso será muito bem-vindo, pois o importante é o gesto. São essas organizações não governamentais que merecem o nosso reconhecimento.

Por isso é que esta Casa aprovou um projeto de lei criando um dia em comemoração às ONGs, em homenagem à ex-primeira-dama Ruth Cardoso. Entidades como a APACN, como a Associação de Pais Portadores de Mielomeningocele e como a Apae fazem um trabalho muito sério. Elas fazem, muitas vezes, o trabalho que o estado teria que fazer e acaba não executando. Então, essas organizações não governamentais são, com certeza, o braço social do estado catarinense, o grande braço social das nossas prefeituras. Sem elas não teríamos a qualidade de vida que todos queremos, que todos desejamos, para os catarinenses. Por isso quero, realmente, reconhecer o trabalho, fazer um apelo para que a comunidade colabore no próximo sábado, no pedágio da Apae, porque realmente essas entidades merecem.

Quero dizer da minha alegria de verificar um anúncio no *Jornal de Santa Catarina* sobre a implantação das estações telemétricas de monitoramento, deputado Ismael dos Santos, nos ribeirões, nos municípios. Nós, quando éramos secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDES -, fizemos um trabalho muito forte nesse sentido, calcado em dois eixos. O primeiro visava dar apoio à geração de emprego no estado, revitalizando o Prô-Emprego e o Prodec. E tivemos a oportunidade, graças a essa revitalização, de gerar mais de 30 mil empregos em Santa Catarina. O segundo se destinava especificamente ao alto vale do Itajaí e tratava do sistema de monitoramento e de recuperação das barragens que estavam deprecadas.

Hoje, elas funcionam bem e possuem um acionamento via satélite, vigilância 24 horas, além das estações telemétricas, deputado Ismael dos Santos, ao longo do rio Itajaí-Açu, e essas que são implantadas nesse momento e que são extremamente importantes para garantir a tranquilidade ou, pelo menos, permitir que a comunidade possa se programar e organizar-se no momento de dificuldade.

Tenho certeza de que esse trabalho é muito bem-vindo para os blumenauenses, para os catarinenses e para todos aqueles que mais precisam dele no momento de angústia.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, é oportuna a sua intervenção e aproveito para congratular-me com a Defesa Civil pela iniciativa. São nove estações que se agregam às outras 13 que v.exa. já declinou.

Essa foi uma deficiência que percebemos na calamidade de 2008, na

perspectiva de disparar alarmes não somente para as autoridades, mas também para a população. Acho que a grande conquista, neste momento, com essas nove estações telemétricas junto aos ribeirões da cidade de Blumenau, é exatamente essa perspectiva tecnológica de, via *internet*, deixar em alerta também todos os moradores da nossa cidade e da região.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Ismael dos Santos, esse é um avanço muito importante na questão do monitoramento. Mas temos que trabalhar além dessa questão do monitoramento dos ribeirões. Há necessidade, sim, de ampliarmos também o monitoramento e a vigilância quanto à ocupação das áreas de risco, para impedir a ocupação clandestina, fazendo com que as pessoas não se instalem em local inseguro. Ontem, por exemplo, ocorreram ventos de quase 100km/h no município de Blumenau, que com certeza acarretaram problemas para essas localidades.

Então, através da prevenção das enchentes e dos deslizamentos é que vamos realmente garantir a segurança que todos precisamos. E aí é necessário, independentemente da questão partidária, que todos apoiem essa iniciativa e que possamos buscar recursos municipais, estaduais e federais para resolver os problemas que afetam os blumenauenses e todos os moradores do vale do Itajaí.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Jean Kuhlmann, realmente recursos federais não têm faltado para essas áreas, mas quero reportar-me à sua primeira fala sobre as neoplasias.

V.Exa. sabe o que é neoplasia? Então, v.exa. deve estar preocupado porque Blumenau perdeu o credenciamento para o tratamento de crianças com neoplasia. Antigamente esse tratamento era feito no Hospital Santo Antônio, resultado de uma luta, inclusive, desta deputada, do ex-secretário Edson Adriano e de toda uma equipe, juntamente com a dra. Patrícia. Credenciamos o Hospital Santo Antônio para fazer o tratamento de crianças portadoras de neoplasia, para que elas não se deslocassem de Blumenau para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, ou para hospitais de Curitiba.

Em Blumenau foi construída uma casa de apoio para receber as pessoas vindas da região, cuja presidente era a dona Nair. Gostaria que v.exa. ajudasse a trazer de volta esse atendimento, porque agora as crianças têm que se deslocar da cidade de Blumenau e ir para a cidade de Itajaí para fazer o tratamento.

Quero parabenizar essa casa de apoio, essa associação, mas temos que trazer de volta o credenciamento oncológico para o tratamento dessas crianças, para que elas não necessitem deslocar-se para outros municípios e façam o tratamento na nossa cidade, onde era muito bem feito.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero dizer a v.exa. que concordo em parte com as suas colocações, até porque as crianças que são de Blumenau continuam tendo o seu tratamento no Hospital Santo Antônio, porque a diferença é remunerada pela prefeitura de Blumenau para as crianças de Blumenau. O grande problema está nas

crianças que são de outros municípios e que não têm o apoio das suas prefeituras, a exemplo da prefeitura de Gaspar, que não quer aportar os recursos da diferença no Hospital Santo Antônio. E aí as crianças de Gaspar são obrigadas a se deslocar para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis.

Concordo com a deputada, mas acho que é importante que cada prefeito faça a sua parte, assim como faz o prefeito de Blumenau, colaborando com o Hospital Santo Antônio e ajudando as crianças do seu município. O prefeito de Blumenau não pode ser culpado porque a prefeitura de Gaspar não quer ajudar o Hospital Santo Antônio. Cada prefeitura tem a sua responsabilidade e cada prefeito tem que ajudar. Concordo que o atendimento teria que ser feito lá, mas aí cada prefeito tem que assumir a sua responsabilidade e não achar que o prefeito vizinho tem que pagar a conta.

Voltando à questão da telemetria...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Antigamente era diferente, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputada, sempre que quiser, pode pedir um aparte que concederei para que v.exa. não interrompa o pronunciamento dessa forma.

Quero dizer que o município de Blumenau sempre pagou a conta das outras prefeituras e que agora ele não tem mais como as pagar. Cada prefeitura tem a sua responsabilidade. Então, que o prefeito de Gaspar e os demais prefeitos façam sua parte, porque Blumenau está fazendo. Não adianta colocar na conta do cidadão de Blumenau a conta que cabe às outras prefeituras!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andriano, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, quero solidarizar-me com os professores e reconhecer o esforço do governo na negociação para término da greve. Acho que o piso é um direito dos professores, mas não concordo com a exploração política dessa greve no sentido de tirar proveito eleitoral.

A prefeitura de Joinville está enfrentando 30 dias de greve. A bancada do PT na Assembleia Legislativa poderia dar uma mão para o prefeito Carlito Merss resolver o problema da greve lá. Porque dá a impressão de que é fácil resolver esse problema. Em Joinville está difícil! Inclusive, lendo uma matéria no jornal tive a impressão de que o prefeito Carlito Merss, meu companheiro de Câmara Federal e por quem tenho o maior carinho e respeito, pois foi um grande deputado federal, não quer resolver o problema, e sei que ele quer resolvê-lo! Ele está numa situação semelhante à do governador Raimundo Colombo! Está falando com os servidores no sentido de propor um reajuste para 2012. E olhem que a prefeitura de Joinville é a mais rica de Santa Catarina!

Então, creio que temos que ter muito cuidado com essas coisas, porque o PT, hoje, é governo em nível federal. A presidente Dilma Rousseff, que me surpreendeu positivamente nos primeiros meses de administração, passou por uma saia justa com relação ao ministro Antônio Palocci. Temos até a impressão de que há uma caveira de burro enterrada na Casa Civil, pois primeiramente foi José Dirceu quem não segurou a peteca, depois foi a ministra Erenice Guerra e agora Antônio Palocci repetiu

os erros que cometeu no passado! Vejam bem, ele teve muitas oportunidades na vida pública: foi prefeito de Ribeirão Preto, deputado federal, ministro da Fazenda - e um bom ministro -, mas, infelizmente, quebrou o sigilo bancário do caseiro. É verdade, deputada, o Banco Central diz que quem quebrou o sigilo foi o gabinete do ministério da Fazenda, ou seja, foi o ministro Antônio Palocci, para descobrir a origem de R\$ 20 mil do caseiro. E agora caiu o ministro e não ouvi uma palavra sequer do PT nesta Casa sobre esse grave fato de repercussão nacional.

Mas, mudando de assunto, quero reportar-me à questão da pesca, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é um lutador pela pesca em Santa Catarina. É a seguinte a manchete da capa da revista credenciada pelo Sindicato da Pesca no estado: "A tainha no tribunal". Esperava que a tainha fosse parar na mesa dos brasileiros, mas parou em cima da mesa do tribunal. E sabem qual foi o tribunal? Não foi o Tribunal de Justiça, a tainha foi parar na mesa do presidente do Tribunal de Contas da União!

Requeri, esta semana, na comissão de Pesca, que é muito bem presidida pelo deputado Padre Pedro Baldissera, a realização de uma audiência pública, porque pela primeira vez na história da pesca de Santa Catarina ela foi parar, por causa do licenciamento das embarcações, no Tribunal de Contas da União! Nunca havia visto isso!

Eu já pesquei, deputada Ana Paula Lima, profissionalmente, embarcado. É bem verdade que era uma época diferente, mas não isso que está acontecendo não é possível! Tivemos três ministros da Pesca de Santa Catarina. Uma vez - e digo isso com respeito a José Fritsch -, a *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria dizendo que o ministério da Pesca era exótico. Não acho isso. Penso que o ministério da Pesca é uma necessidade para o Brasil. O nosso país tem 8.000km de costa e a maior bacia pluvial do mundo! Provavelmente é um dos países que têm mais peixes no mundo e por isso precisa ter um ministério da Pesca. Então, o ministério da Pesca não é exótico. Às vezes, os ministros é que são exóticos.

Eu sei que ex-senadora Ideli Salvatti é esforçada, mas não é do ramo. Talvez precise assessorar-se melhor!

Eu vim à tribuna falar sobre as nove embarcações que estão na marina de Biguaçu. Depois descobri que não eram nove embarcações que estavam ancoradas lá, ao relento, ao sol, à chuva. Falei que as embarcações deveriam ter custado em torno de R\$ 500 mil cada uma, mas a verdade é que cada embarcação custou R\$ 1 milhão! Como são 28 embarcações, são R\$ 28

milhões! Esse dinheiro faz falta para a Educação e para a Saúde! Espero que o ministério da Pesca consiga explicar, na audiência pública, a importância e a necessidade desses 28 barcos, porque são barcos equipados, caros! Parece-me que esses barcos estão sendo cedidos para outras entidades: Ibama e Polícias Ambientais dos estados.

Mas por que o ministério da Pesca não fez um convênio com a Polícia Ambiental de Santa Catarina ou com o Ibama do nosso estado e de outros estados do Brasil e deixou essas entidades construírem as embarcações? Hoje, não há tripulação para colocar aquelas embarcações no mar, na água!

Então, precisamos de um esclarecimento, porque quando fui deputado federal, deputado Volnei Morastoni, briguei muito para criar primeiramente a secretaria e depois o ministério da Pesca. Fiz muitas emendas para que o ministério da Pesca tirasse os poderes do Ibama e assumisse as atribuições, mas o Ibama não queria largar o poder de administrar a pesca no Brasil.

Portanto, esperamos que na audiência pública que requeremos na comissão da Pesca haja um esclarecimento sobre o licenciamento da tainha e a construção dessas embarcações.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo, deputado Edison Andrino, admiro muito toda sua carreira política. Inclusive, v.exa. sempre foi um batalhador nessa questão da pesca, mas a verdade tem que ser dita.

Houve a manchete dizendo que a tainha estava no Tribunal de Contas da União. Então, no meu entender, o grande equívoco se deu porque determinada procuradora do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul resolveu levar o caso ao Tribunal de Contas da União. E aí todos nos perguntamos: por que ao Tribunal de Contas da União? Disseram-me que, embora não seja recurso financeiro, é porque seria um recurso da União que estaria em vias de extinção e que teria que ser protegido. Contudo, quando a comitiva de parlamentares federais chegou ao Tribunal de Contas da União, tanto o presidente como o relator imediatamente reencaminharam a matéria para onde ela deveria ter sido enviada, ou seja, ao ministério da Pesca e ao ministério do Meio Ambiente.

Respeito o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual porque são instituições importantes. Porém, muitas vezes eles forçam a barra, extrapolam e tomam-se radicais, como se fossem um governo paralelo.

Então, esse foi o motivo de a tainha ter ido parar no tribunal. É lógico que há questões a ser resolvidas e a ministra se colocou à disposição para isso. Ela virá participar da audiência pública para esclarecer o porquê da demora das licenças de muitas embarcações cuja documentação está totalmente regular.

Acho ainda que a audiência pública será o momento propício para que sejam dados os pertinentes esclarecimentos sobre as embarcações que foram construídas para atender a estados e que serão distribuídas para a Marinha, para o Ibama e para a Polícia Ambiental. Em Santa Catarina serão distribuídas três embarcações, duas delas para a Polícia Militar.

Por outro lado, e não vou entrar em detalhes, quero dizer que até estava inscrito para falar, mas abdiquei do uso da palavra tendo em vista o adiamento da hora, uma vez que a sessão de hoje foi um tanto cansativa.

Sei que o prefeito Carlito Merss conversou, ontem, com a bancada e fez uma exposição sobre o seu governo e a greve. Nós, deputados, estamos em condições de interceder junto ao prefeito com relação a alguns encaminhamentos e também sobre os encaminhamentos que ele está dando em relação àquele movimento de greve.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Espero que a posição que os deputados estaduais do PT de Santa Catarina estão tendo com relação ao prefeito Carlito Merss seja também utilizada com respeito ao governador Raimundo Colombo, porque sabemos das dificuldades que é governar um estado e uma prefeitura neste momento!

É claro que a vinda da ministra Ideli Salvatti vai esclarecer todas as dúvidas que temos com respeito ao licenciamento da tainha e também da construção das 28 embarcações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Estavam ainda inscritos para falar os deputados Maurício Eskudlark e Ismael dos Santos, mas ambos abdicaram de fazer uso da palavra.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 227, de 14 de junho de 2011

Regulamenta o art. 6º, inciso IV, alínea "b", e inciso V, alínea "f", e o art. 109 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso VII e parágrafo único do artigo 63, do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O requerimento parlamentar para realização de Sessões Especial ou Solene, previstas no art. 6º, incisos IV, alínea "b" e V, alínea "f", do Regimento Interno, deverá ser subscrito por cinco Deputados, sendo o proponente o primeiro subscritor.

Parágrafo único. A subscrição do requerimento de que trata o *caput* implica no comprometimento do Deputado em participar da Sessão Solene.

Art. 2º Nos casos de realização de Sessão Especial, previsto no art. 6º, inciso IV, alínea "b", e de Sessão Solene, previsto no art. 6º, inciso V, alínea "f", do Regimento Interno, a indicação do parlamentar proponente fica limitada a dez homenageados.

Parágrafo único. Do requerimento parlamentar, que deverá justificar à Mesa a homenagem proposta, acompanhado da relação dos homenageados e de seus respectivos currículos, será dada ciência ao Plenário até a Sessão Ordinária imediatamente anterior à Sessão Especial ou Solene requerida.

Art. 3º No horário da Explicação Pessoal, previsto no art. 109 do Regimento Interno, poderá o Deputado, mediante autorização prévia, cedê-lo à manifestação de representante de entidade da sociedade civil ou movimento social organizado, aplicando-se o disposto no art. 92 do Regimento Interno.

Parágrafo único. A autorização de que trata o *caput* dar-se-á por meio de requerimento subscrito pelos Líderes das Bancadas e encaminhado à apreciação do Plenário, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, nominando o representante e a entidade ou movimento a ser ouvido, e indicando a data da Sessão Plenária na qual ocorrerá a manifestação.

Art. 4º A manifestação de que trata o artigo anterior dar-se-á com o objetivo específico de discutir o mérito de matéria legislativa em trâmite, ou tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à área de atuação da entidade ou movimento.

Parágrafo único. O tempo destinado à manifestação será de até dez minutos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Ato da Mesa nº 391, de 7 de julho de 2010.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR A REALIDADE DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS

No segundo dia do mês de junho de 2011, às 14h, no Plenário Deputado Osni Régis, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), realizou-se audiência pública, promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Alesc, para discutir a realidade da infância e da adolescência e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina. A audiência pública foi presidida pela senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que, dado início à audiência, convidou para tomarem assento à mesa dos trabalhos a Deputada Estadual Ana Paula Lima, autora do requerimento que propôs esta audiência pública; a Deputada Estadual Ada Faraco De Luca, Secretária de Estado da Justiça e Cidadania; a acadêmica Aline Cristiane Buzzi, representando os adolescentes na 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o senhor Aureo Giunco Júnior, coordenador do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; a senhora Cláudia Rodrigues de Souza, coordenadora estadual do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil; o senhor Eder Sives, Procurador do Trabalho, neste ato representando a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC; a senhora Iza Maria do Rosário de Andrade, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; o senhor José Mauro Junglhaus, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; a senhora Maristela Cizeski, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a senhora Priscilla Linhares Albino, Promotora de Justiça e coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, neste ato representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça/SC. Na sequência, a senhora Presidente registrou a presença das seguintes pessoas: Deputado Estadual Gelson Merísio, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Deputado Estadual Volnei Morastoni; Janice Merigo, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; Valdirene Creuza Fernandes, representando a Fundação Catarinense de Educação Especial; Angela Patrícia Barcelos, assistente social, representando a ONG Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam); Maria Aparecida Oliveira, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Blumenau; Ênio Gentil Vieira Júnior, advogado da Infância e da Juventude, neste ato representando a Vara da Infância e da Juventude da Capital; Roberto Procópio de Souza, Secretário Municipal do Desenvolvimento Social de Gaspar; Maria Elisa de Caro, representando a senhora Márcia Arend, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania; Inge Ranck, representando o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil; Cláudia Cruz, representando o Conselho Regional de Psicologia; Júlio Miranda Pureza, diretor de Extensão da Udesc/Joinville; Zaida Rabelo Petri, representando a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt; Marcelo Pomar, representando a Deputada Estadual Angela Albino; Sílvia Ribeiro, Secretária Municipal de Assistência Social de Capão Alto; Lurian Cordeiro Lula da Silva, representando o senhor Djalma Berger, Prefeito de São José; Anita Fangier, secretária da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (Amuc); Maria da Graça Barcelos Castilhos, advogada da OAB/SC e presidente da Comissão da Mulher; e Diogo Roberto Ringenberg, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC. Ato contínuo, a senhora Presidente relatou que a Banda Marcial Combentu foi

fundada em maio de 2005 com o intuito de melhorar a autoestima dos alunos, pois a música exerce papel fundamental no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, que é coordenada pelo professor Maestro Jéferson Pinter e que seus músicos são voluntários. A seguir, a Banda Marcial Combentu tocou as músicas "Já sei namorar" e "Fácil". Dando seguimento à audiência, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, passou a palavra à Deputada Estadual Ana Paula Lima, proponente da audiência pública, que cumprimentou os membros da mesa e o Deputado Estadual Gelson Merísio, Presidente da Alesc, também presente. Esclareceu que o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, preocupado com a omissão do Estado nas políticas públicas para a criança e o adolescente, solicitou a realização desta audiência pública, e proferiu que nos últimos anos o governo do Estado foi omissivo e negligente em relação ao estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elucidando que a criança e o adolescente são prioridade absoluta de Estado e não de governo. Reportou-se ao artigo 4º do ECA, que diz: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária." Prosseguindo, informou que de 1.600 crianças e adolescentes que estão nas instituições 10% são por falta de condição financeira da família. Comentou que o governo ignora o artigo 23 do ECA e questionou o porquê de o Estado não implantar políticas de subsídio familiar. Em relação ao trabalho infantil, explanou que as crianças continuam trabalhando nas ruas, nas sinaleiras, e que a exploração sexual infantil aumentou - por isso é preciso ações governamentais. Apelou ao Estado que assinasse o Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e noticiou que Santa Catarina é o único Estado que ainda não possui o plano. Referindo-se à Deputada Ada Faraco De Luca, disse que esta tem muita responsabilidade na Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça em fazer com que Santa Catarina retorne a ser referência nessa área. Ressaltou que o Ministério Público, a Alesc e o Poder Judiciário têm sua parcela de responsabilidade em relação à omissão sobre as instâncias de controle social e ao desrespeito para com essas instâncias não exigindo do governo a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Estado. Encerrando, disse que, por isso, esta audiência tem o objetivo de desfazer o ciclo de omissões que está acontecendo no Estado de Santa Catarina, de ouvir entidades e autoridades, para unidos buscarem a resolução disso, almejando que no andamento da audiência surjam soluções para o caos no tratamento infanto-juvenil. Retomando a palavra, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, agradeceu a todos pela presença, explicou o andamento da audiência pública e passou a palavra à Deputada Estadual Ada Faraco de Luca, Secretária de Estado da Cidadania e Justiça, que cumprimentou os membros da mesa, todas as autoridades e todos os demais presentes. Inicialmente, interpretou que Santa Catarina e o Brasil estão atrasados em relação ao tratamento dado às crianças e aos adolescentes, comentando que não existe lei severa para punir os responsáveis e afirmando que a responsabilidade não é só do governo, mas do Judiciário, da Promotoria, da OAB e de tantos outros. Alegou, por estar apenas há um mês na Secretaria, não ter muito a falar de soluções, mas que nos fins de semana vai ao interior sem a comunidade saber e sem a imprensa presente para ver a realidade, porque como não estão esperando a visita da Secretária nada é arrumado para receber a autoridade. [Taquígrafa-revisora: Jacqueline de Oliveira V. Bitencourt] Ainda, posicionou-se contra toda esta demagogia, já que são milhões de fotos e manchetes, mas nada acontece. Contou que em determinado Município, lançando com as crianças, um dos meninos chamou-lhe atenção pelo olhar distante; que, separadamente, segurando em seu queixo e olhando em seus olhos, perguntou ao menino por que ele estava ali; e que, depois de muita insistência, ele respondeu que estava ali pela quarta vez e contou barbaridades que o pai fazia em casa. Registrando o seu sentimento de impotência diante da história do menino, enfatizou que o cerne da questão é muito além do que imaginam. Quanto ao que está fazendo como Secretária, respondeu ser muito cedo para falar sobre isso e que talvez daqui a um ano

possa relatar alguma coisa, antecipando que certamente significará muito pouco frente à gravidade do problema e lamentando se manifestar sem expressar grande otimismo, mas disse que a caótica situação assim requer. Por fim, ciente de que a prevenção é a melhor alternativa, afirmou que o Poder Judiciário, a OAB, os grupos de mães, de empresários, enfim, toda a sociedade deve trabalhar em conjunto, a fim de que não se precise construir três ou quatro penitenciárias por ano para futuramente acomodar aquelas crianças. Na sequência, usou da palavra o senhor José Mauro Junglhaus, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, que, inicialmente, cumprimentou os participantes e justificou a ausência do Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação por estar cumprindo compromisso em Brasília. Relatou que foi professor por mais de três décadas e que sempre pontuou a seus alunos que o Brasil sofreu um desenvolvimento acelerado do ponto de vista econômico, porém com desproporcional velocidade na assistência social, gerando uma dívida social para com o povo brasileiro. Posto isso, elencou as quatro linhas de atuação política que a Secretaria desenvolve - assistência social, habitação, trabalho e combate à fome -, apontando que nos pronunciamentos anteriores, especialmente no da Deputada Estadual Ana Paula Lima, percebeu que as questões mostradas se enquadraram nessas políticas. Informou que estão desenvolvendo programas para atender essas diretrizes políticas, visto que o indivíduo que vai ao Sine pedir emprego já traz diversos problemas e várias necessidades sociais. Finalizou enfatizando que o objetivo da Secretaria é atender ao cidadão na integralidade. Em seguida, ao fazer o uso da palavra a senhora Maristela Cizeski, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprimentou os presentes e salientou que os dirigentes políticos são eleitos para cumprir as Constituições Estadual e Federal. Reportando-se à história relatada pela Secretária Ada Faraco De Luca, perguntou por quanto tempo o Estado vai negligenciar os seus meninos e as suas meninas, garantindo que a sociedade é que deveria segurar no queixo dos seus representantes. Disse que há seis meses estão esperando esse programa para os meninos, perguntando quanto tempo ainda vão esperar. Expressou seu entendimento parafraseando Norberto Bobbio, filósofo e pensador italiano, quando retrata que não é mais preciso fundamentar e defender a existência dos direitos, o problema dos nossos tempos é realizá-los. Novamente indagando sobre o que estão esperando, afirmou que a sociedade civil não pode mais permitir que governos se alternem no poder e continuem tratando com desdém os Conselhos dos Direitos das Crianças. Lembrou que as crianças estão sem aula porque o Estado catarinense não cumpriu o que está determinado em lei para os professores, gerando mais uma vergonha social. Encerrou citando a seguinte frase da senhora Zilda Ams, da Pastoral da Criança: "Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe dos predadores, das ameaças e dos perigos e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito aos seus direitos e protegê-los." Dando prosseguimento, a senhora Iza Maria do Rosário de Andrade, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao parabenizar a sociedade civil que organizou este evento, manifestou sua tristeza por não se estar tratando, nesta oportunidade, de ações concretas para o atendimento das crianças e dos adolescentes. Alegou que é preciso o Estado unido e os conselhos bem estruturados para trabalhar e defender os direitos das crianças e adolescentes. Registrou que, lamentavelmente, os conselheiros governamentais não comparecem às plenárias do Conselho, inviabilizando os encaminhamentos por falta de quórum. Terminou conclamando os órgãos governamentais e a sociedade civil a, juntos, constituírem uma política mais efetiva. A seguir, fez uso da palavra a senhora Cláudia Rodrigues de Souza, coordenadora estadual do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, que agradeceu à Casa pelo convite e considerou que algumas mudanças radicais e imprescindíveis na sociedade dependem das mulheres, pois toda trajetória política dos governos masculinos não tem tido evolução significativa. Evidenciando sua consideração, observou que a plenária estava constituída majoritariamente por mulheres. [Taquígrafa-revisora: Sandra Coelho] Explicou que o Fórum foi criado em Chapecó, em 1998, mas que atualmente está sediado em Lages, complementando que ele pretende ser um movimento social defensor da causa infanto-juvenil, agregando pessoas, entidades, órgãos governamentais e não governamentais. Apresentou os seguintes dados repassados pela Polícia Civil do Estado a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes em Santa Catarina: até junho de 2010 houve 9.520 casos de todo tipo de violência; até 17 de maio de 2011 houve 8.034 casos, entre abandono de incapazes, abandono intelectual, abandono material, ameaça contra criança e adolescente e abuso sexual infanto-juvenil; em 2011 houve 86 homicídios ou tentativas de homicídio contra crianças e adolescentes; e dos 8.034 casos, que simbolizam uma média de 1.785 casos por mês, 1.072 envolveram algum tipo de violência sexual, excluindo a exploração sexual. Elucidou que a exploração sexual é menos denunciada porque há consenso social de que a menina ou o menino está lá porque quer. Disse que esses 1.072 casos correspondem a 13% de todas as denúncias de violência contra criança e adolescente e que, no Disque 100, Santa Catarina teve 441 denúncias

feitas em 2010, das quais 57% foram realizadas por pessoas do gênero feminino, 41% por pessoas do gênero masculino e em 2% dos casos não foi revelado o gênero. Utilizando-se dos dados, constatou que a violência sexual é muito maior contra meninas, enquanto que a violência física é maior contra meninos. Por fim, ponderou ser necessário trabalhar o enfrentamento da violência com políticas públicas, pois em Santa Catarina há somente noventa CREs, sendo que a maioria tem equipe técnica com pouca qualificação. Ato contínuo, a palavra foi passada para a acadêmica Aline Cristiane Buzzi, representando os adolescentes na 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cumprimentou os presentes e disse que quando se está fora do sistema há uma visão completamente diferente da que há quando se está dentro do sistema, confessando que, de dentro, as coisas são piores do que se imagina. Comentou que na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente debatem educação e assistência social, mas que quando pensam em fazer parcerias com as escolas não podem porque estão todas paralisadas, criticando que não há como fazer parceria com a escola ou com o professor se o Estado não tem compromisso com a educação. Considerando ser necessário investir na educação para que se tenha um bom jovem, frisou que ter aulas é direito do aluno e reiterou que o Estado não está cumprindo com o seu dever, pois os adolescentes não têm aulas devido a paralisações constantes. Opinou que os jovens se espelham nos adultos, mas que se os adultos só fazem coisas erradas os jovens não podem fazer diferente disso. Reconheceu que isso tudo precisa ser mudado, sob pena de o sistema continuar errado e o Brasil nunca ir para frente. Despediu-se avisando que foi comunicada da audiência pública somente no dia anterior e que isso não demonstra verdadeira preocupação, pois o Estado poderia ter ficado sem a representatividade do jovem neste evento. Continuando a audiência, a palavra foi passada ao senhor Aureo Giunco Júnior, coordenador do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deu boas-vindas a todas as lideranças e destacou que a sociedade civil não estava ali para discutir, complementando que a criança e o adolescente só não estavam em situação ainda pior no Estado graças às lideranças comunitárias. Disse que o Fórum Estadual convidou as lideranças e, apesar das dificuldades, essas, sim, fizeram-se presentes, mas que o Estado é sempre ausente nas discussões, perguntando como se faz política pública em um Estado onde a autoridade que o representa sequer participa das discussões até o final. Afirmou que o momento é de ouvir as organizações, os adolescentes e as pessoas presentes, para juntos poderem elaborar as propostas que serão levadas às autoridades competentes. Encerrando, agradeceu ao Secretário Adjunto pela participação, mas disse que quem deveria estar presente era o próprio Secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, que foi convidado para a reunião e não compareceu. Prosseguindo, fez uso da palavra a senhora Priscilla Linhares Albino, Promotora de Justiça e coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, neste ato representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça/SC, que saudou a todos e disse ser uma honra para o Ministério Público poder participar de iniciativa tão louvável como esta audiência pública para tratar da realidade social de crianças e adolescentes catarinenses. Observou que se vive momento decisivo de reflexão, pois Santa Catarina necessita parar e discutir algo que é prioridade absoluta na Carta Constitucional. Opinou que a Constituição, que vale em outros lugares do País, em alguns momentos não tem tido validade em Santa Catarina, perguntando o que são proteção integral e prioridade absoluta. Continuando, elencou alguns pontos problemáticos no Estado: trabalho infantil, violência e exploração sexual infanto-juvenil, violência escolar, sistema socioeducativo, entidades de acolhimento. Questionou onde estavam os planos estaduais e os diagnósticos de Santa Catarina, pois sem eles não se podia falar em resolução de problemas, complementando que não se trata de simplesmente conversar ou desenvolver campanhas, mas de canalizar verbas para efetivamente implementar políticas públicas no Estado. Frisou que não adianta tentar enganar as pessoas apresentando políticas, projetos e ações de "faz de conta", destacando que é preciso haver políticas de resultado para que Santa Catarina desocupe o lugar de vergonha nacional. Ainda observou que o Estado já foi lembrado como sendo o orgulho nacional, mas que atualmente, em eventos nacionais, é interpelada sobre a decadência de Santa Catarina, que tem ocupado a mídia com notícias vergonhosas. Enfatizou que os governantes precisam se conscientizar da necessidade de fortalecer não apenas os Conselhos de Direitos, que muitas vezes existem apenas formalmente nos Municípios, mas também os Conselhos Tutelares, que trabalham de forma heroica, muito mais na boa vontade do que na possibilidade. Despediu-se salientando a necessidade de se olhar com mais cautela para a questão da prioridade absoluta da criança e do adolescente, pois eles são dever da família, do Estado e da sociedade, ou seja, uma questão constitucional. Em seguida, o senhor Eder Sives, Procurador do Trabalho, representando a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, cumprimentou todos e agradeceu pelo convite feito ao Ministério Público do Trabalho em nome da Procuradora-Chefe Cinara Sales Graeff, que por ordem de outros compromissos assumidos anteriormente não pôde comparecer a esta audiência. Comentou que se entristece ao saber que Santa Catarina, que já foi referência em um passado

não muito distante, hoje é citada como um dos Estados do Sul que enfrenta dificuldades quando o tema é a criança e o adolescente. No âmbito do Ministério Público do Trabalho, disse que todos os dias depara-se com crianças que trabalham de forma irregular e que são exploradas, externando que muitas vezes percebe a reação da sociedade contra o Ministério Público quando proíbe o trabalho de um menor ou de um adolescente. Declarou só poder atribuir isso à falta de conhecimento das pessoas a respeito do sistema legal brasileiro e defendeu que o Ministério Público do Trabalho é o maior responsável, atualmente, pela colocação de mão de obra de crianças e adolescentes no mercado através da Lei da Aprendizagem. Observou que o Ministério ainda precisa entrar com ações civis públicas para obrigar as empresas a contratarem aprendizes e que, na outra ponta, ouve das empresas que há falta de aprendizes no mercado, pois ninguém quer se tomar, por exemplo, pedreiro, carpinteiro, costureiro ou tecelão. Explicou que toda a sorte de problemas, desde a exploração sexual até o uso e o tráfico de drogas, acaba no Ministério Público do Trabalho e que é o Procurador que precisa determinar quem pode ou não trabalhar e em quais condições. Dessa forma, elucidou que a legislação trabalhista é muito eficiente e que a Constituição garante, no seu artigo 227, proteção integral, perguntando, em seguida, que proteção integral é essa, se o orçamento é de 0,25. Inferiu que a audiência precisava restringir seu debate à questão das políticas públicas, mas que não existem políticas públicas sem verba. Comunicou que, apesar de não ter qualquer poder político, a primeira coisa que faria seria acabar com qualquer espécie de publicidade oficial do governo enquanto houvesse uma criança trabalhando nas ruas, sendo aplaudido por todos. Acrescentou que as pessoas precisavam deixar de ser demagogas e passar a assumir as suas responsabilidades, cobrando políticas públicas do Estado, reiterando, entretanto, que não existe política pública sem discussão, sem orçamento e sem compromisso dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Encerrou seu pronunciamento colocando o Ministério Público do Trabalho à disposição de todos e afirmando que ele e todos os seus colegas estavam ali a fim de colaborar com o desenvolvimento dessas políticas públicas para tirar, na medida do possível, as crianças e os adolescentes de situações degradantes como a exploração sexual, o problema com drogas e o problema do trabalho proibido ou vedado pela legislação. Prosseguindo a audiência pública, a palavra foi passada ao senhor Deputado Estadual Volnei Morastoni, que saudou os presentes e disse que o importante em uma audiência pública como aquela, apesar dos inúmeros problemas com governos que entram e saem sem cumprir com suas responsabilidades, era colocar a Assembleia Legislativa à disposição de todas as entidades e dos militantes em defesa dos direitos da criança. Avisou ser a Assembleia uma instância onde as pessoas podem se encontrar para debater os problemas e participar de seus diagnósticos, estabelecendo planos de trabalho e refazendo pactos. Ponderou que os mandatos parlamentares são voltados para servir à comunidade, reafirmando que a Casa atua como instância intermediária entre o povo e as instituições, que estão na base do problema, e o poder em outros níveis, como é o próprio Executivo. Esclareceu que os Deputados estavam ali para acolher a comunidade e coparticipar do processo, abrindo caminhos, exigindo, fiscalizando, denunciando e fazendo com que as coisas aconteçam. Dito isso, colocou à disposição a Comissão de Saúde da Alesc, a qual preside, para que também nessa área possa auxiliar a criança e o adolescente, e citou as audiências públicas que estão sendo feitas em todo o Estado de Santa Catarina para tratar da descentralização em alta complexidade em pediatria. Avisou que em todo o Estado tem encontrado problema da falta de pediatras, lembrando que crianças não são adultos em miniatura, mas indivíduos em desenvolvimento, e precisam ser tratadas por um especialista. Mencionou que as atividades de alta complexidade em pediatria precisam ser descentralizadas, pois praticamente todas elas estão concentradas em Florianópolis, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, havendo necessidade de descentralizar, por exemplo, a oncologia para o sul, para o norte, para o oeste e para o planalto serrano. [Taquígrafa-Revista: Carla Greco Granato] Afirmou que a falta de descentralização traz sofrimento a muitas crianças, citando o exemplo de uma portadora de câncer que tem que se deslocar do oeste a Florianópolis para fazer quimioterapia e depois tem que retornar a sua cidade, muitas vezes em condições desumanas. Disse que aquelas questões eram presentes e deveriam ser resolvidas e comentou sobre o Hospital Infantil Joana de Gusmão lembrando que é referência nacional em cirurgias pediátricas, mas que muitos pacientes esperam anos na fila por cirurgias, sendo que alguns completam a idade limite - quinze anos - e acabam ficando sem fazer suas cirurgias por conta do longo tempo de espera. Por fim, pediu apoio às instituições solicitando a presença destas na Alesc no intuito de resolver esses graves problemas que acometem o Estado. Na sequência, o senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares disse que a audiência pública manifestava a ausência do governo estadual na solução dos reais problemas do Estado e que há necessidade de a sociedade se organizar e tomar as devidas atitudes em relação ao assunto, pois o governo continuava a serviço dos grandes interesses econômicos e com menores condições de cumprir o que a Constituição Federal determina. Registrou que o ensino realizado no Brasil há trinta anos era mais qualificado do que o executado atualmente, pois valorizava mais a qualidade do ensino e o trabalho dos

professores. Finalizou afirmando que bastaria uma polícia que pudesse cumprir a sua obrigação, mas que isso não era possível porque não havia investimentos no setor, cobrando da sociedade maior engajamento no sentido de exigir melhores serviços prestados pelo Governo do Estado e de lutar por esses serviços. Retomando a palavra, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, passou a palavra ao público inscrito. Primeiramente, manifestou-se a senhora Angela Patrícia Barcelos, assistente social, representando a ONG Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam), que colocou que não gostaria que a política da criança fosse comparada com o País, dizendo que a categoria deveria ser vista como um diferencial positivo. Dirigiu-se ao Secretário Adjunto da Assistência Social afirmando ter sido uma pena ter escutado a fala deste e dizendo que uma Secretaria que possui quatro políticas distintas não iria fazer nada pela Assistência Social tampouco pela Sub-Secretaria, que é a área da criança e do adolescente. Salientou que o Secretário não tinha nada para falar e que o discurso dele foi simplesmente uma perda do precioso tempo da audiência pública. Ao final, pediu ao público que se lembrasse dos bons políticos e que votassem neles nas próximas eleições. Em seguida, o senhor Jean Fábio Nascimento, da Cufa, ironicamente, disse ser fácil aos outros Estados do Brasil pensarem que Santa Catarina tem a melhor educação do País, pois muitos também acham que não existem negros em Santa Catarina. Segundo Jean, que é negro, assim a situação seria muito mais fácil, se realmente fosse verdade, mas não é. Em resposta ao discurso da Secretária Ada Faraco De Luca, disse que esta deveria pedir ao senhor Governador que atendesse aos anseios dos professores de Santa Catarina, pois estes formam os jovens e não têm sido reconhecidos em sua luta. Encerrando, citou que problemas de mobilidade pública e de infraestrutura também prejudicam os jovens e as crianças, pedindo que os graves problemas que os jovens carentes sofrem tivessem atenção especial por parte das autoridades do Estado. Ato contínuo, a senhora Estela Maris Cardoso, assessora da Deputada Estadual Angela Albino, afirmou que deveriam ser criadas mais vagas em creches, pois nessas instituições as crianças estão fora das ruas e protegidas, lembrando que a maioria dos casos de abuso sexual acontece dentro dos lares, e pediu que fossem criadas mais casas-abrigo e casas-lar, melhorando as condições técnicas e profissionais e recebendo melhor as crianças e os seus pais. Segundo Estela, o governo não está preocupado com as crianças pobres, principalmente com as negras, que são largadas nas ruas e acabam abastecendo o mercado do tráfico de drogas. Finalizou dizendo que o Estado de Santa Catarina era branco, racista, machista e homofóbico. Na sequência, o senhor Ênio Gentil Vieira Júnior, advogado da Infância e da Juventude, neste ato representando a Vara da Infância e da Juventude da Capital, identificou-se como advogado da área da infância e juventude da Comarca de Florianópolis e afirmou ter a honra de ser o titular de um órgão de colaboração do Poder Judiciário, sendo um defensor público específico de crianças e adolescentes. Confessou que seu cargo é desprestigiado no Tribunal de Justiça, afirmando que nota no Estado a falta de assistência judiciária às famílias das crianças e dos adolescentes, Estado onde é comemorada a criação de novas instituições e o "aprisoamento" de crianças e adolescentes em detrimento do auxílio à família desses indivíduos. Disse que todos são vítimas de um mesmo contexto, havendo necessidade de advogados engajados na defesa justa desses cidadãos. Terminou dizendo que os Conselhos Tutelares e a Justiça da Infância e Juventude continuam repetindo o modelo assistencialista e interventor e afirmando que somente um modelo democrático poderia trazer soluções ao tema. A seguir, a senhora Inge Ranck, representando o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, lembrou que a omissão do Poder Público é sempre lembrada como a grande culpada e disse que na verdade existe uma grande omissão por parte da sociedade e das pessoas, que fecham os olhos aos jovens abandonados, delegando somente ao Estado a solução dos problemas. Afirmou que todos devem trabalhar juntos, não sendo omissos, cumprindo os seus papéis sociais com dignidade e cobrando dos próximos que façam o mesmo, registrando ser esse um modelo equilibrado de sociedade. Ainda, apresentou seu *blog*, intitulado Erradicação do Trabalho Infantil, no qual são publicadas notícias e informações relacionadas ao tema da criança e do adolescente. Por fim, pediu que as pessoas se comprometessem com a causa e que trouxessem mais indivíduos à luta pelos direitos das crianças e adolescentes do Estado. Por sua vez, a senhora Priscilla Linhares Albino, Promotora de Justiça e coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, neste ato representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça/SC, complementou a fala da senhora Inge dizendo que o Seminário pelo Fim do Trabalho Infantil em Santa Catarina aconteceria na sede do Ministério Público, na Casa do Barão, às 9 horas do dia 9 de junho do corrente ano. Ato contínuo, a senhora Maria Emília de Souza disse que o silêncio é cúmplice de omissão, parabenizando a Deputada Estadual Ana Paula Lima por ter dado eco às manifestações do povo de Santa Catarina. Afirmou que a presença de somente quatro parlamentares e a ausência de deputados da base aliada ao Governador Raimundo Colombo era o retrato vivo da omissão sobre as políticas públicas no Estado de Santa Catarina e do descaso para com estas. Também registrou que não dá mais para [Taquígrafa-revisor: Eduardo Delvalhas dos

Santos] trazer a responsabilidade para a sociedade civil, afirmando que são muitas iniciativas na tentativa de enfrentar o descaso, o deboche e a criminalização das famílias. Elucidou que em Blumenau se criminaliza as famílias pobres e os jovens; que fecham jornadas ampliadas e atendimentos expansivos. Relatou que o Estado não assinou o Pacto Contra a Violência Doméstica e o pacto da violência sexual infanto-juvenil, denunciando que estão partidizando a luta pelas crianças. Solicitou à Secretária Ada Faraco De Luca para que fosse visitar, sem avisar, o presídio em Blumenau, porque os presos estão sendo massacrados e já faz quinze dias que o Fórum das mulheres dos presidiários está denunciando isso. Finalizou reafirmando que a omissão do governo e da tríplice aliança é vergonhosa e escandalosa contra as crianças. Na sequência, o senhor Guilherme Cechelero, representando o Instituto Fala Guri, desejou bom-dia aos presentes e cumprimentou todos e todas. Registrou que a Secretária Ada Faraco De Luca foi embora e cumprimentou o Secretário por ainda estar presente. Demandou ao Secretário para fazer uma política na área da criança e do adolescente e sugeriu que ao término da audiência fosse formalizado um compromisso, marcado para outra hora, data e local, a fim de se discutir a questão da criança e do adolescente. Ao encerrar, agradeceu a todos pela oportunidade de se manifestar. A seguir, o senhor Claudio Cesar Castelhani, supervisor administrativo de uma ONG em Blumenau, apostilou que política pública não se faz sem financiamento, sem capacitação e sem formação. Narrou que numa conversa de corredor se comentava que a verba a ser liberada no valor R\$ 12 mil é para "cãoinhada", explicando que na sua terra esse termo significa as grandes besteiras da cidade. Comentou que ao escutar as palavras da Secretária fez uma poesia, esclarecendo que entre a manhã e o final da tarde o sol brilhou e que enxergou coisas boas e coisas que não queria ver, que entre os raios do sol da manhã e os da tarde viu violência infantil nas escolas, nas ruas e no lar. Por fim, agradeceu a todos pela presença. Por sua vez, o senhor Mário Benites, do Grupo de Voluntários Santo Expedito, de São José, cumprimentou todos e narrou que há 16 anos faz eventos comunitários na Grande Florianópolis e várias vezes convidou representantes da Justiça para participarem, porém ninguém se manifestou. Proferiu que na Grande Florianópolis meninas de 10 anos a 15 anos estão se prostituindo e se drogando, indagando às autoridades máximas da mesa de quem é a culpa. Contou que num almoço comunitário uma menina chegou para ele e falou que não queria um prato de comida, queria alimentos para que ela e os irmãos pudessem almoçar e jantar. Concluiu solicitando a presença de alguma autoridade que entenda as comunidades pobres e que fale com estas, para tentar ajudar as pessoas. Ato contínuo, a senhora Maria Geórgina Fernandes Garcia, inicialmente, desejou boa-tarde a todos. Clarificou que o Conselho Estadual é necessário para implementar políticas públicas à criança e ao adolescente no Estado, mas que há 10 anos o Conselho está subordinado à Secretaria Estadual de Assistência Social e ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que está na Secretaria de Segurança Pública, sendo hoje uma diretoria e não tendo orçamento, avaliando que o Fundo da Criança e do Adolescente não existe. Cientificou que muitos presidentes e diretores lutaram para que a lei estadual fosse alterada, colocando o FIA e o Conselho subordinado apenas a uma Secretaria, mas que isso não aconteceu, explicando que os conselhos são autônomos, sabem trabalhar e não precisam de coordenação ou de diretorias. Comunicou que é necessário o FIA ter orçamento, mas que o Estado não dá um centavo ao Fundo, ao contrário de outros Estados, onde os Fundos têm orçamento, alegando que se o FIA tivesse orçamento poderia realizar várias ações. Lembrou que há dois anos a Votorantim ofereceu R\$ 2 milhões como desconto do Imposto de Renda ao FIA e indagou como a Secretaria aceitou sem comunicar onde o dinheiro seria usado. Finalizando, solicitou aos deputados presentes que aprovassem a nova lei, pois só assim o Conselho poderá retomar a referência que já teve. Na sequência, a senhora Aldacir Detofol, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Alesc e do gabinete da Deputada Estadual Luciane Carminatti, concordou com as palavras da senhora Maria Garcia em relação à desestruturação dos Conselhos e relatou três questões que não avançaram desde que o Fórum existe: o tratamento para a pessoa que agride alguém, que abusa; o tratamento psicoterápico para a criança abusada sexualmente; e o desrespeito às vítimas pelo médico legista. Usando da palavra, o senhor Eder Sives, Procurador do Trabalho, neste ato representando a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, declarou estar estarecido com todas as informações, principalmente em relação ao Conselho Estadual. Disse ser necessário pensar de forma sistemática e integrada, se quiserem trabalhar na prevenção contra qualquer forma de violência à criança e ao adolescente, colocando que o Ministério Público não conseguirá fazer nada sozinho e que, se o Conselho da Criança e do Adolescente não estiver funcionando, nada funciona porque tudo passa por ele. Relatou estar triste porque as empresas não podem mandar dinheiro para o FIA e que está perplexo, pois sempre manda dinheiro para o FIA, estadual ou municipal, nos termos de ajuste de conduta de qualquer empresa. Encerrando, afirmou a necessidade de colocar o Conselho Estadual para funcionar, com toda a assistência necessária, pois este é a base de sustentação e de integração. A seguir, o senhor José Mauro Junglhaus, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Assistência Social,

Trabalho e Habitação, comunicou que duas pessoas da Secretaria da Assistência Social estão anotando todas as sugestões e que depois as devidas correções serão realizadas na referida Pasta. Em relação aos conselhos, respondeu à senhora Estela que ao retornar para a Secretaria vai estudar o assunto; falou para a senhora Maria Geórgina que a autonomia dos conselhos é um direito legal, mas sobre o Conselho ter ou não uma coordenação vai estudar o caso; e disse à senhora Angela que foi traído pelo tempo e por isso o seu discurso saiu do foco [Taquígrafa-revisora: Jacqueline O. V. Bitencourt], embora a classe política tenha a ver, evidentemente, com o foco desta reunião, mas que irá procurar melhorar o seu pronunciamento. Dando seguimento à audiência pública, a senhora Iza Maria do Rosário de Andrade, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, registrou que as coordenadorias dos Conselhos de Assistência Social se reuniram e estão fazendo um documento. Registrou que a coordenadora não está atuando porque o Conselho é soberano, autônomo, e eles não aceitam o que está acontecendo. Informou que as secretarias executivas dos Conselhos são subordinadas a eles e não podem seguir nenhuma determinação que não seja através da plenária dos Conselhos, ressaltando que já estão resolvendo a questão dessa coordenação, até porque houve uma situação de ingerência dentro dos Conselhos. Sobre o FIA, disse que estão com um novo projeto de lei esperando a próxima plenária para ser aprovado e resolver essa situação. Esclareceu o papel do Conselho, argumentando que os Conselhos estavam perdendo a conotação de conselho assistencialista, deixando claro que Conselho de Direito do Idoso não é para arrumar asilo, nem o Conselho de Direito para pessoas especiais é para arrumar cadeira de rodas, nem o Conselho das crianças é para arrumar cesta básica a crianças e adolescentes. Ainda disse que estão se unindo para acabar com toda essa conotação que está sendo dada aos Conselhos e tentando fazer com que eles não sigam essa linha. Frisou que os conselheiros tutelares, municipais e estaduais, têm que parar com essa disputa de ego para ver quem faz mais, porque Conselho tem política pública para atender e não para dizer quem faz mais e melhor. Continuando, registrou que não há capacitação nos Conselhos e que tem um novo projeto para passar pela análise do Conselho. Perguntou se a Secretaria de Educação não tem política de educação para a criança do meio rural, se a Secretaria de Agricultura não tem nenhum projeto e se a Secretaria da Saúde não tem nada, lamentando que estão desprovidos dessas Secretarias, falando que há vários conselheiros pela Segurança Pública e indagando onde eles estão. Diz-se angustiada quando fala na questão da educação porque participou do sistema socioeducativo desde 1982 e a capacitação de socioeducadora era para respeitar, amar as pessoas e o trabalho. Falou que o sistema defende o ECA e abordou o Programa Egresso para acompanhar o adolescente que sai, a fim de ele não reincidir no crime, ressaltando que não tem Egresso, não tem política pública para acompanhar esse adolescente depois que sai, que ele deixa de ser subordinado ao Ministério Público, porque é livre de medida pacificativa. Assim, apelou pela existência do Programa Egresso no Estado, explicando que semiliberdade não é egresso; visitar caso de semiliberdade é uma medida pacificativa de semiaberto. Por fim, disse que o adolescente fica ali e tem todas as normas, é privado de liberdade, e o egresso é o adolescente que não tem mais nenhum processo pendente, ele é liberado mesmo, mas, se não tem para onde ir, vai ficar na rua. Na sequência, a senhora Maristela Cizeski, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, registrou que o Estado ainda não teve um governo que desse prioridade absoluta a essa causa, salientando que no ranking do trabalho infantil, entre 5 anos e 7 anos, o Estado de Santa Catarina está perdendo somente para os Estados do Piauí e Tocantins. Frisou que o Estado que não dá prioridade a isso, que não tem Defensoria Pública, que não assina um pacto contra a violência, que não tem um plano de erradicação do trabalho infantil e que não tem um plano estadual de enfrentamento à violência sexual, está quase fadado ao fatalismo, ressaltando que aqui todos estão esperançosos. Comentou que quando se elege um governante ele deveria entender que não foi dada delegação alguma para deixar de executar uma política de atendimento à infância, à adolescência, ao idoso, expondo que o papel do governante eleito é executar essa política, para ele valorizar a participação em prol da democracia. Finalizando, disse que tem uma pró-democracia contra a democracia pró das entidades não governamentais, mas também contra um sistema que diz ser preciso colocar uma coordenação de conselho, argumentando que esses governantes estão em conflito com a Constituição Federal, com o ECA e com as normativas internacionais. Em seguida, a palavra foi passada ao senhor Aureo Giunco Júnior, coordenador do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que anunciou que está sendo distribuído aos participantes o calendário de reuniões do Fórum dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, apelando para que todos participem dessas reuniões. Disse que anotou os itens importantes a serem discutidos e que vão ser pautados nas plenárias e nas discussões do Fórum Estadual, avisando que no calendário consta e-mail para contato e que também está passando uma lista para os participantes anotarem seus e-mails, a fim de receberem notícias sobre o Fórum. Também pediu o envio de sugestões e questionamentos, porque não tem como garantir uma estrutura de representação em todo o Estado. afirmou que não basta fazer

essa discussão hoje, é preciso continuar, desejando que este momento seja apenas o início da transformação em uma sociedade mais justa e da garantia daquele direito que está sendo muito discutido neste momento: que a criança e o adolescente possam ser prioridade absoluta. Por fim, apelo para que todos se conectem e partilhem o que têm de bom. Retomando a palavra, a senhora presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, apresentou as quinze propostas tiradas da audiência pública: 1) Implementação e efetivação imediata do Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e do Plano Socioeducativo; 2) manifestação de apoio aos Projetos de Lei nºs 78 e 81/2011, que dispõem sobre o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA); 3) garantia de convivência familiar às crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, implementando política de trabalho, renda e segurança alimentar; 4) instituir, no âmbito da Alesc, a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente em Santa Catarina; 5) repasses governamentais ao FIA, imediatamente garantindo políticas públicas às crianças e aos adolescentes; 6) garantir estrutura e assessoria técnica quanto ao CEDCA, bem como a participação efetiva dos representantes governamentais, propondo, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, a realização de audiência pública somente com os Conselhos da área social para discutir papel, função, realidade e estrutura; 7) criação, a partir desta audiência pública, de uma comissão de monitoramento e fiscalização do processo de implementação das políticas públicas para crianças e adolescentes, que terá ampla representação: Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Alesc, Fedca, Cedca, Ministério Público do Trabalho, Conanda, OAB, Ministério Público, Tribunal de Justiça/Vara da Infância e da Juventude, Pastoral da Criança, Fórum Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil; 8) moção de apelo ao Governador para que receba essa comissão a ser criada; 9) criar observatório social, com as universidades fazendo a leitura da realidade em consonância com as políticas estabelecidas em cada área; 10) qualificação dos Creas; 11) campanha de destaque ao Disque 100, distribuição de cartilhas, cartazes, material audiovisual no Estado; 12) orçamento da área social em 2,6%, conforme dito pelo Secretário, em nome do governo, propondo que esse recurso seja garantido por todas as Leis Orçamentárias, LDO, PPA; 13) assistência judiciária à criança, ao adolescente e à família, registrando que vai haver uma audiência pública para a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, aprovada pela Comissões de Constituição e Justiça e pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que se realizará no dia 28 de junho, às 9h, nesta Casa; 14) formar uma rede com grupos de e-mails; 15) dar continuidade ao Fórum e marcar nova data, novo horário e novo local para a reunião. Dito isso, a senhora Presidente propôs que as instituições de cidades presentes na audiência pública fizessem parte da comissão, apresentando posteriormente os nomes dos representantes. Também sugeriu que a comissão se reúna num prazo de quinze dias e tire um documento com base nestes encaminhamentos. Informou ter, em quinze dias, uma audiência com o Governador e, em trinta dias, a comissão ter um segundo encontro. Em seguida, a senhora Presidente perguntou se podiam dar esse encaminhamento, ao que a plenária aquiesceu. Ato contínuo, foi passado um vídeo mostrando a situação de crianças e adolescentes em dificuldade. Na sequência, a senhora Presidente passou a palavra à senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima, que agradeceu aos participantes pela presença e manifestou a sua certeza de tirar proveito desses encaminhamentos daqui a um mês e também de ter soluções para as angústias que todos estão sentindo. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, agradeceu a todos pela presença e encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Ione Terezinha Reis de Melo]

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas e quinze minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na Sala de Reuniões da Assessoria de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sobre a Presidência do Deputado Adilor Guglielmi, os senhores Deputados: Kennedy Nunes; Jorge Teixeira; para tratar da reunião da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Adilor Guglielmi o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros a que. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Adilor Guglielmi,

agradeceu aos Deputados Membros da Comissão. Para tratar da viagem a Buenos Aires nos dias de 08 a 10 de junho de 2011. A programação da reunião será enviada pelo senhor Flavio Alves Monteiro diretor do Bloco da UPM, em horário de voo, e foi autorizado pelo Presidente, que em todas as reuniões será convidado coordenador do Bloco o Senhor Flavio Alves Monteiro. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Lorival Battistotti, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e posteriormente encaminhada para publicação no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala de Imprensa 31 de maio de 2011.

Deputado Kennedy Nunes - Membro

Deputado Jorge Teixeira - Membro

Deputado Edison Andrino - Membro

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia oito de junho de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Mattos, Neodi Saretta, Elizeu Mattos, substituindo o Deputado Aldo Schneider, Sargento Amauri Soares, Sílvio Dreveck, Marcos Vieira e Manoel Mota. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 13ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** colocou em discussão o PL./0134.3/2011 que define competências e atribuições da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr e estabelece outras providências, no qual foi pedido vistas em gabinete pelos senhores Deputados Marcos Vieira, Sílvio Dreveck, Darci de Mattos, Aldo Schneider e Manoel Mota. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Emenda Modificativa do Deputado Neodi Saretta, que foi rejeitada por maioria. Em seguida o Presidente colocou em discussão e votação do voto visto do Deputado Manoel Mota, que foi aprovado pela maioria. Ato contínuo o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: O **Deputado Elizeu de Mattos** relatou o PL./0149.0/2011, em nome do Deputado Aldo Schneider, relator do projeto, que autoriza a doação do imóvel do município de São Lourenço de Oeste, com o intuito da adequação do espaço físico, para atender programas socioassistenciais. O parecer do Deputado Aldo Schneider foi favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0140.1/2011, que dispõe sobre diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012 e adota outras providências. Seu parecer preliminar foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado deu um prazo até o dia dezessete de junho para apresentações de emendas sobre o projeto. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0148.9/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Sul, tem como objetivo a regularização do imóvel, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o PL./0179.5/2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, que altera as Leis números 3.938, de 1966; 5.983, de 1981; 7.541, de 1988; 7.543, de 1988; 10.297, de 1996; 13.342, de 2005; 13.992, de 2007; e 14.967, de 2009 e estabelece outras providências. O Deputado apresentou um calendário de tramitação da matéria, com o objetivo que os Deputados possam ter conhecimento do projeto, da seguinte forma: abrir vista a todos os Deputados até o dia quinze de junho do corrente ano e também a apresentação de emendas nesse prazo; no dia vinte e dois de junho fazer a apresentação preliminar do relatório, dando o conhecimento para os Deputados sobre o relatório, acatando ou não emendas apresentadas e por fim no dia vinte e nove de junho, a discussão e votação do projeto. O prazo final da matéria é no dia seis de julho, que posto em votação o referido calendário, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0143.4/2011, que revoga dispositivos da Lei nº 13.992, de 2007, que institui o Programa Pró-emprego, foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, oito de junho de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dez de maio do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Jorge Teixeira, Altair Guidi, Maurício Eskudlark, Sílvio Dreveck e Angela Albino. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0047.5/2011; 0058.8/2011; 0069.0/2011; 0095.2/2011; 0096.3/2011; 0099.6/2011, 0112.8/2011, 0120.8/2011, 0122.0/2011 e 0251.7/2010, todos com pareceres pela aprovação - aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0004.1/2011, 0052.9/2011, 0057.3/2011, 0059.5/2011, 060.9/2011, 0098.1/2011, 0103.3/2011; 0113.5/2011; 0116.8/2011, 0120.4/2010; 0125.9/2011, 0126.0/2011; 0132.8/2011; 0147.4/2010; 0151.0/2011, 0153.2/2011; 0156.5/2011; 0205.8/2010; 0222.9/2010; 0464.3/2010; 0481.4/2010; 0487.0/2010; 0506.7/2010; 0528.2/2010 - todos com pareceres pela aprovação - aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0017.6/2011; 0026.7/2011; 0047.1/2011; 0070.0/2011; 0082.4/2011; 0099.2/2011; 0510.3/2010 - todos com pareceres pelo Diligenciamento, com aprovação por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata que - após ser lida e aprovada por todos os membros - será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Elizeu Mattos
Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia sete de junho do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Sílvio Dreveck, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Sílvio Dreveck - presidindo a reunião; Jorge Teixeira, Altair Guidi, Maurício Eskudlark e Manoel Mota. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PLC nº 0013.1/2011, que cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário. Teve parecer pela aprovação e foi aprovado por unanimidade; e os Projetos de Lei nºs 0046.4/2011; 0113.9/2011; 0121.9/2011; 0123.0/2011; 0031.4/2011; 0047.1/2011; 0099.2/2011; 0114.6/2011; 0130.6/2011; 0131.7/2011; 0139.4/2011; 0140.8/2011; 0145.2/2011; 0146.3/2011; 148.5/2011; 0152.1/2011; 0155.4/2011; 0158.7/2011; 0165.6/2011; 0169.0/2011; 0179.1/2011; 0180.5/2011; 0185.0/2011; 0191.8/2011; 0201.4/2011 e 0384.4/2008 - todos com pareceres pela aprovação - aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0138.3/2011; 0154.3/2011 - com pareceres pelo Diligenciamento, com aprovação por unanimidade. O Ofício nº 0195.1/2011 foi Apensado ao Ofício nº 0166.7/2011. Em seguida, o Presidente fez a leitura dos Ofícios nºs 213/2011, da Deputada Ângela Albino, comunicando sua ausência na reunião por estar reunida com a Promotora do Ministério Público Estadual; e do Ofício nº 1024/2011, da Câmara de Vereadores de Joinville, solicitando a leitura da Moção nº 187/2011 que apela para a contratação de médicos emergencista, intensivista e radiologista; de enfermeiros, psicólogos, técnicos de enfermagem e demais profissionais de saúde para atendimento da população, e a implantação de uma equipe para manutenção preventiva do prédio e de equipamentos públicos - em especial no Hospital Hans Dieter Schmidt, Bairro Boa Vista. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata que - após ser lida e aprovada por todos os membros - será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Sílvio Dreveck
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2196/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 018/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RÁDIOS PORTÁTEIS E FONES DE OUVIDO PARA COMUNICAÇÃO VELADA, A FIM DE AUXILIAR NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DA ALESC.

LOTE ÚNICO:

Vencedora: MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROLETRONICOS LTDA ME

Valor global do Último Lance: R\$ 19.250,00

Florianópolis, 14 de junho de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2248, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELISANDRO LOTIN DE SOUZA**, matrícula nº 5410, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de junho de 2011 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2249, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ROSE ELKE DEBIAZI**, matrícula nº 5211, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de junho de 2011 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2250, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SIUVESTER SANTOS FELIX**, matrícula nº 6136, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de junho de 2011 (Liderança do PDT).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2251, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LUANA HOFFMANN**, matrícula nº 6133, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2252, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GLADIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS**, matrícula nº 6856, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de junho de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2253, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GLADIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS, matrícula nº 6856, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de junho de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2254, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **MARLI LIMA BARROSO**, matrícula nº 1132, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Documentação, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, Tulia de Freitas Ribeiro, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 15 de junho de 2011 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2255, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0862/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **EMIR JOSE DE SOUZA**, matrícula nº 2142, por 15 (quinze) dias, a contar de 06 de junho de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2256, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1353	Walma Correa Santa Ritta	90	25/05/11	0863/11
1386	Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi	90	29/05/11	0864/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2257, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0722/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **FABIO AUGUSTO HACHMANN**, matrícula nº 4005, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 6% (três por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 16 de maio de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2258, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2139	Solange Bernadete Radtke Brasil Gonçalves	45	01/06/11	885/2011
3554	Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo	15	08/06/11	886/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2259, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **RENATA FERRACINI RODRIGUES**, matrícula nº 5466, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de junho de 2011 (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2260, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-31, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de junho de 2011 (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2261, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ MARCELO CAMARGO, matrícula nº 3891, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-39, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2262, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em

conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARLETE DE SOUZA HOFFMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2263, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDUARDO RINNERT SCHULZE**, matrícula nº 6053, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2264, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDUARDO RINNERT SCHULZE, matrícula nº 6053, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2265, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOSE SELESIO ORLANDI**, matrícula nº 5207, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2266, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSE SELESIO ORLANDI, matrícula nº 5207, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2267, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RAULINO SCHUTZE**, matrícula nº 5588, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2268, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RAULINO SCHUTZE, matrícula nº 5588, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2269, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VALTER DOS SANTOS**, matrícula nº 5632, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2270, de 14 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VALTER DOS SANTOS, matrícula nº 5632, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 015/2011

Dispõe sobre a presença obrigatória do Corretor de Seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica obrigatória a presença do Corretor de Seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos, quando da comercialização dos seguros, em todo o Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para efeitos desta Lei, é considerado Corretor de Seguros, de todos os ramos ou vida, previdência e saúde, o profissional pessoa física ou jurídica, legalmente habilitado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e com sua situação profissional ativa, a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

§ 2º Para efeito desta Lei, consideram-se estabelecimentos comerciais os bancos, as lojas, as operadoras de cartões de crédito, as fundações, os sindicatos, as associações, as lotéricas e todos os demais estabelecimentos que comercializam seguros junto ao público consumidor.

Art. 2º Todo estabelecimento que comercializar seguros no Estado de Santa Catarina deve manter em local visível informação do corretor e/ou seu representante legal responsável pela comercialização dos seguros e a sua SUSEP.

Parágrafo único. Serão considerados corretores e/ou prepostos responsáveis pela comercialização de seguros no estabelecimento, aqueles que figurarem como responsáveis técnicos nas apólices comercializadas.

Art. 3º O estabelecimento comercial que infringir o disposto nesta Lei ficará sujeito às penalidades que vierem a ser impostas pela administração.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá a regulamentação e as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0046/2011

Nos incisos I, II, e III do art. 3º:

Onde se lê:

"I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e"

Leia-se:

"I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, conforme art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 046/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, no Município de Tubarão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0088.3/2011

O Projeto de Lei nº PL/0088.3/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0088.3/2011

Modifica o art. 1º da Lei nº 12.904, de 22 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.904, de 22 de janeiro de 2011, passa a vigorar como segue:

Art. 1º É obrigatório o uso de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para crianças portadoras de Diabetes Mellitus, às celíacas, com intolerância à lactose e hipoglicemia, em todas as escolas da rede pública de educação do Estado de Santa Catarina."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado Dado Chereim

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 08/06/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 08/06/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 088/2011

Modifica o art. 1º da Lei nº 12.904, de 2004, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.904, de 22 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É obrigatório o uso de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para crianças portadoras de Diabetes Mellitus, de Doença Celíaca, com intolerância à lactose e com hipoglicemia em todas as escolas da rede pública de educação do Estado de Santa Catarina."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0113/2011

Nos incisos I, II, e III do art. 3º:

Onde se lê:

"I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e"

Leia-se:

"I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, conforme art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 113/2011

Declara de utilidade pública o Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça - INAITEC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça - INAITEC, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 121/2011

Declara de utilidade pública a Associação Colmeia Instrutiva, do Município de Porto União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Colmeia Instrutiva, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 123/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Silveira de Matos, de Santo Amaro da Imperatriz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Silveira de Matos, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 133/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Caridade Santa Bernadete - ACASABE, com sede no Município de Irineópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Caridade Santa Bernadete - ACASABE, com sede no Município de Irineópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 134/2011

Define competências e atribuições da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A SC Parcerias S.A. passa a denominar-se SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr e sua gestão, definição de competências e atribuições passam a ser regidas por esta Lei.

Art. 2º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr, constituída sob a forma de sociedade anônima e vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, tem capital social autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Art. 3º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr terá por objetivo:

- I - promover a geração de investimentos no Território Catarinense;
- II - coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina;
- III - comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; e
- IV - desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

§ 1º A participação acionária no capital de empresas públicas ou privadas não constituídas pela SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr será minoritária.

§ 2º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr poderá estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;
- IV - geração e transmissão de energia;
- V - logística de todos os modais;
- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;
- VII - portos, marinas e obras costeiras;
- VIII - rodovias;

IX - saneamento básico;

X - sistemas de mobilidade urbana; e

XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

§ 3º Por decisão de seus órgãos de administração, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr poderá promover a geração de investimentos em segmentos que não estejam discriminados no parágrafo anterior.

§ 4º A execução de obras ou serviços a serem efetuados com os recursos financeiros captados pela SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr na forma dos parágrafos anteriores será realizada pelos órgãos ou entidades da respectiva área de competência.

Art. 4º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a outorgar para a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, os direitos de exploração das rodovias, portos, aeroportos, ferrovias e demais bens e serviços de que for detentor, para serem alocados em projetos de investimentos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. Os direitos das outorgas transferidos à SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr poderão ser cedidos a terceiros contratados, públicos ou privados, mediante licitação.

Art. 5º Poderão ser cedidos ou transferidos à SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr:

I - ativos de propriedade do Estado, em montante e condições definidos pelo Chefe do Poder Executivo;

II - bens móveis, imóveis, direitos creditórios, participações acionárias, na forma estabelecida em decreto; e

III - recebíveis do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC e os direitos relativos aos créditos tributários, inclusive aqueles parcelados, inscritos ou não em dívida ativa.

Parágrafo único. Os ativos, bens móveis e imóveis, direitos creditórios e participações acionárias referidas nos incisos I, II e III deste artigo serão destinados à integralização do capital da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr.

Art. 6º Para a consecução de seus objetivos, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr poderá:

I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto:

- a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços e as respectivas implementações, execuções e fiscalização;
- b) a instituição de parcerias público-privadas e concessões;
- c) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;

II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;

III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;

IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;

V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;

X - integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e

XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, conforme previsão em seu Estatuto Social.

§ 1º A concreção da avença poderá ficar condicionada à constituição de sociedade de propósito específico, sem prejuízo da responsabilidade solidária do contratado pelo cumprimento integral das obrigações que a essa sociedade couberem.

§ 2º Fica a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr autorizada a constituir Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, o qual terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Santa Catarina em virtude de parcerias firmadas ao abrigo de contratos de concessão administrativa ou patrocinada.

§ 3º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr poderá constituir Fundos Setoriais de Investimento.

§ 4º Para a consecução do objetivo previsto no art. 3º, inciso II, desta Lei, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar poderá:

I - atuar em todas as atividades relacionadas ao Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado de Santa Catarina;

II - celebrar, participar ou intervir nos contratos que tenham por objeto a instituição de parcerias público-privadas;

III - elaborar, diretamente ou por intermédio de terceiros, projetos e estudos técnicos de parcerias público-privadas e colaborar com os demais órgãos e entidades estaduais da Administração Direta e Indireta interessados em participar do Programa de Parcerias Público-Privadas;

IV - prestar qualquer espécie de garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas.

§ 5º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar será remunerada pelos serviços e garantias que prestar, bem como pela coordenação dos Fundos Setoriais de Investimento.

Art. 7º Fica autorizada a abertura do capital social da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar, conduzida em ambiente de bolsa de valores em processo de oferta pública de ações, com vistas à participação privada minoritária.

Parágrafo único. Quando do processo de abertura do capital social, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

Art. 8º A gestão da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar será exercida por um Conselho de Administração composto por 9 (nove) membros, por uma Diretoria Executiva, constituída de 1 (um) Diretor-Presidente e até 5 (cinco) Diretores, e por 1 (um) Secretário Executivo do Órgão Gestor de Parcerias Público-Privadas.

§ 1º A Diretoria Executiva responderá cumulativamente pela coordenação do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas e dos Fundos Setoriais de Investimento.

§ 2º A remuneração dos administradores será fixada em assembleia geral de acionistas.

Art. 9º A Administração Direta e Indireta do Estado poderá ceder servidores e empregados de seus quadros para prestar serviços à SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar, com ônus para o órgão cedente, assegurados todos os direitos e vantagens do órgão ou entidade de origem.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas:

I - a Lei nº 13.335, de 28 de fevereiro de 2005;

II - a Lei nº 13.545, de 09 de novembro de 2005; e

III - a Lei Promulgada nº 14.081, de 08 de agosto de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 143/2011

Revoga dispositivos da Lei nº 13.992, de 2007, que institui o Programa PRÓ-EMPREGO.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam revogados os arts. 8º, 17, 20, 27 e 28 e o inciso II do art. 15 da Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 150/2011

Altera o art. 2º da Lei nº 13.711, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.711, de 14 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pela Unidade Sanitária e viabilizar a instalação da Farmácia de Referência Municipal em Homeopatia e Fitoterapia por parte do Município de Florianópolis.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 163/2011

Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º O Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, contará com um Conselho Deliberativo, cujas decisões serão tomadas por maioria simples e será composto:

I - pelo Secretário Executivo de Supervisão de Recursos Desvinculados, sendo este o Presidente do referido Conselho;

II - pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III - pelo Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV - pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; e

V - pelo Secretário de Estado da Administração.

Parágrafo único. Os titulares referidos nos incisos II a V poderão ser representados por servidores previamente designados.

Art. 4º Compete ao Conselho Deliberativo aprovar os programas, ações e projetos a serem financiados pelo FUNDOSOCIAL.

Parágrafo único. Nas situações de emergência ou estado de calamidade pública fica dispensada a apresentação de projetos para o emprego de recursos do FUNDOSOCIAL nos municípios atingidos, observados os procedimentos exigidos pela Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Art. 5º Após a aprovação dos programas, ações e projetos pelo Conselho Deliberativo do FUNDOSOCIAL compete à Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da Diretoria de Gestão dos Fundos Estaduais, realizar os trabalhos administrativos pertinentes à execução orçamentária e financeira do Fundo, para a efetivação dos repasses, incluindo o acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos.

Art. 12. A participação e colaboração em programas ou ações de desenvolvimento, inclusão ou promoção social deverão ser manifestadas, expressamente, em documento firmado pela pessoa física ou pelos representantes legais da empresa interessada, dirigido à Secretaria de Estado da Fazenda, do qual conste:

..... “ (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 013/2011

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criados e incluídos no Anexo I da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, os cargos mencionados no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS	QUANTIDADE
Oficial de Justiça e Avaliador	10-12	A - J	100

*** X X X ***